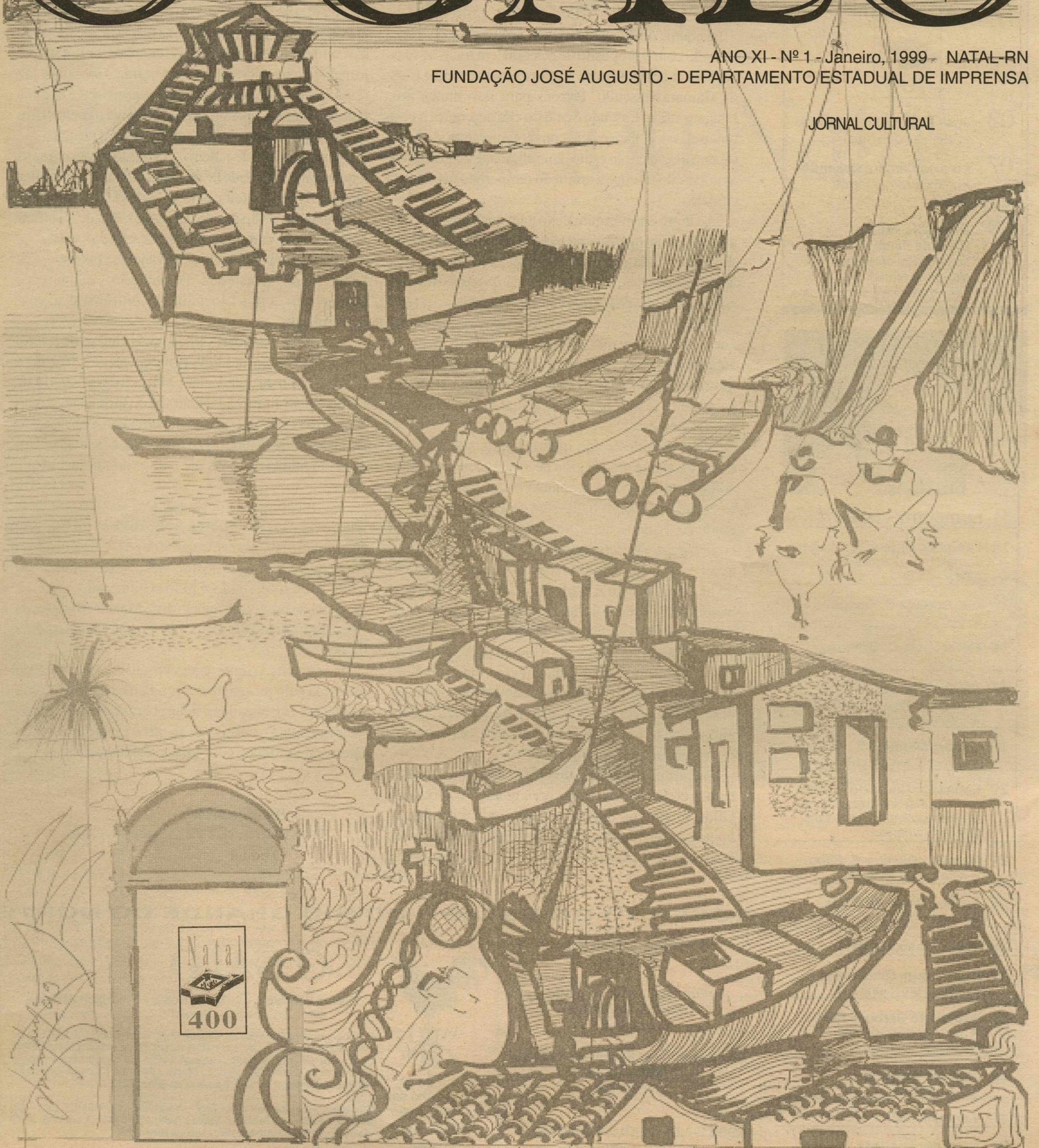


O GALO



ANO XI - Nº 1 - Janeiro, 1999 - NATAL-RN
FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA

JORNAL CULTURAL



Índice



- 03 **Jose M. B. Castelo Branco** - Quem fundou Natal
- 07 **Luís da Câmara Cascudo** - Fundação e nomes da cidade
- 09 **Brasigóis Felício** - Diário de Bardo - (Roteiro sentimental de viagem à cidade do Natal)



11 ENTREVISTA - Gildson Oliveira

- 14 **Laurence Bittencourt Leite** - Jornalismo cultural e a pós-modernidade

- 15 **Ana Cristina C. Tinoco** - Desencontros

- 16 **Maria Lúcia O. Brandão** - Kappus

- 17 **Nelson Patriota** - Diálogos eletivos (Impressões de uma viagem à Itália)

- 19 **Manoel Marques S. Filho** - A moça do sangue azul

- 20 **Francisco Carvalho** - Quatro poemas inéditos, seguidos de um breve comentário de Luís Carlos Guimarães

- 21 **Ivanaldo Oliveira S. Filho** - A estética da exclusão

- 24 **Hudson Paulo da Costa** - Sonho de mar (À Zila Mamede)

- 25 **Tácito Costa** - Lolita

- 27 **Paulo Jorge Dumarescq** - Um asno em minha rua

- 28 **Hildeberto Barbosa Filho** - A poesia de Sanderson Negreiros

- 29 **José Melquíades** - O livro de José

- 31 **Lançamentos**

- 32 - Natal por imagens

Louvor quatrocentão

A equipe de O GALO trabalhou durante todo o ano passado com o propósito de celebrar, em todas as suas edições, o centenário de nascimento do escritor Luís da Câmara Cascudo. Razões para isso nunca nos faltaram, afinal Cascudo é o nosso clássico, quiçá nosso único clássico, para o qual convergem a autoridade do saber, a elegância do estilo, uma afinidade genuína com as coisas do povo e a erudição temperada nas fontes clássicas.

Ao ingressarmos num novo ano, que coincide com a passagem do quarto centenário de fundação da cidade do Natal, nada mais natural que voltemos nossas atenções para esta efeméride. E o fazemos com o mesmo entusiasmo que devotamos ao ano Cascudo.

Nada obsta, porém, que a um associe-se o outro; que Natal e seu máximo escritor dialoguem, convirjam, sobreponham-se ao longo das edições deste ano finissecular, com o mesmo entusiasmo que emprestamos ao projeto do ano passado. Os clássicos são assim, jovens. Sempre.

Na estréia deste ano quatrocentão, a associação com Cascudo se produz justo pela raiz: Cascudo analisa como Natal chegou a se chamar Natal. Tarefa de que se desincumbe com o clássico binômio elegância e erudição, do que resulta uma escrita retinta de lirismo comedidamente derramado, a fim de que o substrato histórico não seja relegado a segundo plano no confronto do historiador com o estilista. Na mesma pegada, o historiador José Moreira Brandão Castelo Branco polemiza sobre a preferência da maioria dos estudiosos pelo nome de Jerônimo de Albuquerque Maranhão como legítimo fundador da cidade. Sua minuciosa exposição de motivos contra Albuquerque Maranhão desvela uma legítima vocação para a polêmica e a retórica no terreno da história natalense onde se situa como uma espécie de *enfant gâté*.

A entrevista habitual de O GALO guarda relação com a efeméride do outro ano, quando o jornalista Gildson Oliveira lançou seu *Câmara Cascudo, um homem chamado Brasil*. Gildson fala dos bastidores do livro, das dificuldades que enfrentou, das alegrias

que se sobrepuseram a cada nova revelação do universo cascudiano, sem perder de vista o caráter didático e jornalístico que nortearam sua feitura. O jornalista faz revelações sobre outros livros que escreveu e explica porque só agora, quando se comemorava o coentenário de Câmara Cascudo, pôde concretizar tal projeto.

Neste número de janeiro, O GALO oferece a seus leitores uma variedade de temas. A começar pela crítica cinematográfica, feita pelo jornalista Tácito Costa, comentando as versões do clássico *Lolita*, de Vladímir Nabokov, levadas às telas. O gênero ensaio é movimentado por trabalhos de Ivanaldo Oliveira dos S. filho, sobre "A estética da exclusão", e Laurence Bittencourt, com "Jornalismo cultural e a pós-modernidade".

A crônica está representada pela síntese de leitura que a poetisa Maria Lúcia Brandão fez das "Cartas a um jovem poeta", de Rainer Maria Rilke; "Diário de bardo", bem-humorada incursão do jornalista goiano Brasigóis Felício pela província cascudiana; e pelo ácido requisitório de Paulo Jorge Dumarescq, cujo título, "Um asno em minha rua", vai além do expressionismo que sugere.

A crítica literária deste número traz de volta aos leitores de O GALO a argúcia de Hildeberto Barbosa Filho, que faz uma breve exegese da poesia de Sanderson Negreiros, e a erudição de José Melquíades, comentando o "Livro de José", de José Maria Guilherme.

A ficção breve tem trabalhos de Manoel Marques da Silva Filho, Hudson Paulo da Costa e Ana Cristina Tinoco.

Finalmente, a reportagem jornalística traz matéria assinada pelo jornalista Nelson Patriota, dando conta da viagem empreendida à Itália por um grupo de artistas natalenses com o objetivo de alargar o ainda estreitíssimo intercâmbio cultural com artistas daquele país.

Atenciosamente,

O Editor

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

GARIBALDI FILHO
Governador

**Fundação José Augusto
WODEN MADRUGA**
Presidente

**Coordenadoria de Estudos e Pesquisas
DÁCIO GALVÃO**
Coordenador

JOSÉ WILDE DE OLIVEIRA CABRAL
Assessor de Comunicação Social



1999 - Ano de comemoração dos 400 anos de Natal

O GALO

Nelson Patriota
Editor

Tácito Costa
Redator

Jailton Fonseca
Produção

Colaboraram nesta edição: Dorian Gray, Brasigóis Felício, Marcelos Bob, Mário César, Laurence Bittencourt, Manoel Marques da Silva Filho, Ana Cristina Tinoco, Hudson Paulo da Costa, Paulo Jorge Dumarescq, José Melquíades, Maria Lúcia de Oliveira Brandão, Hildeberto Barbosa Filho e Ivanaldo da Silva Filho.

Redação: Rua Jundiá, 641, Tirol - Natal-RN - CEP 59020.220 - Tel (084) 221-2938 / 221-0023 - Telefax (084) 221-0345. A editoria de O Galo não se responsabiliza pelos artigos assinados.

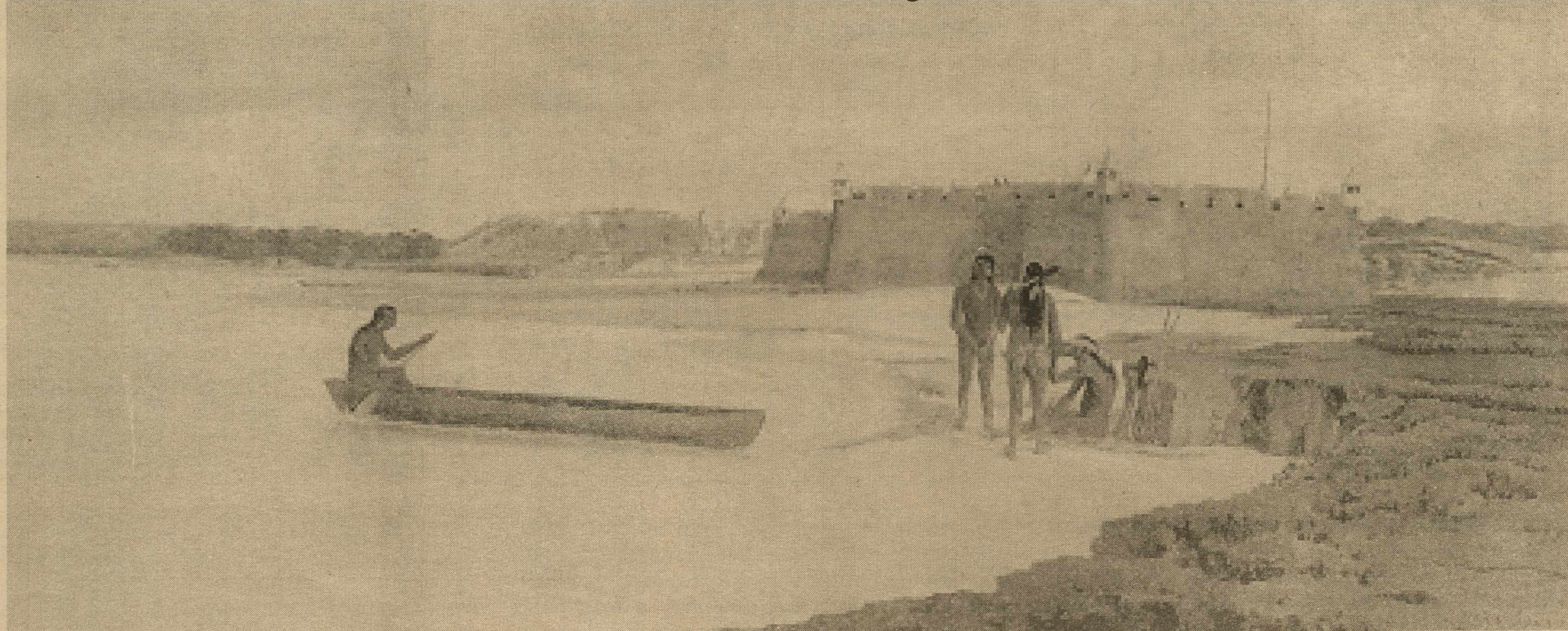
A controvérsia em torno do fundador da cidade do Natal encontra no pesquisador José Moreira Brandão Castelo Branco um polemizador aguerrido. Apoiado em vasta bibliografia, o historiador descarta, por insuficientes, as fontes clássicas da nossa história, e vai buscar em



documentos até bem pouco tempo desconhecidos, novas arguições relativas aos primórdios da cidade. Sua preferência recai, ao final da minuciosa exposição de fatos que faz em *Quem fundou Natal*, sobre o capitão-mor do Rio Grande, João Rodrigues Colaço.

Quem fundou Natal

**Óleo do pintor Franz Post (1683)
congela pela primeira vez a imagem dos
índios potiguaras, vendo-se ao fundo a
Fortaleza dos Reis Magos**



José Moreira Brandão Castelo Branco

Diz Rocha Pombo: "Até a ocupação flamenga, pouco se sabe dos tempos primitivos do Rio Grande". (*História do Estado do Rio Grande do Norte*, 1922, pág. 55). E acrescenta: "convém não perder de vista a circunstância de serem muito obscuros os primeiros dias, tanto de Natal como de toda a nova circunscrição administrativa" (pág. 54).

Contudo, esse historiador narra que, acabado o forte dos *Reis Magos*, a 24 de junho de 1598, Mascarenhas Homem entregou o seu comando a Jerônimo de Albuquerque, o qual auxiliado pelos missionários, promoveu um entendimento com os chefes indígenas da região, do que resultou o solene ato de paz assinado na cidade da Paraíba a onze de junho de 1599, e que, sossegado no seu posto, cuidou, então, Albuquerque, "de lançar os

fundamentos de uma povoação regular" em lugar "elevado, à margem direita do rio, a cerca de meia légua do forte" onde se disse a primeira missa no dia 25 de dezembro do mesmo ano (pág. 47), pelo que se a denominou Natal, retirando-se Albuquerque, pouco depois para Pernambuco, deixando "na fortaleza, como loco-tenente, a João Rodrigues Colaço, logo depois nomeado capitão-mor pelo governador geral" (pág. 48).

Esta narração não passa de uma condensação do que se tem como verdadeiro sobre essa fase obscura da origem da cidade e é, com poucas variantes, o que se lê nos escritos que trataram do assunto a partir do século XIX, como Aires de Cazal (1817); A. Gonçalves Dias (1850); A. Varnhagen (1867); Rafael Galanti (1896); Moreira Pinto (1896); Vicente de Lemos (1912); Tavares de Lira (1922); Câmara Cascudo (1947).

Em que se baseiam, porém, esses historiadores

para assim afirmar? Não pudemos averiguar, porquanto os cronistas contemporâneos do fato e os que se lhe seguiram não o dizem.

Gandavo, Gabriel Soares e Cardim não atingem a conquista do Rio Grande. Simão de Vasconcelos fala nos seus índios, de quem os cosmógrafos lusos ouviram "grandes segredos dos seus sertões", mas não alude à conquista da capitania, nem à fundação da cidade.

Frei Vicente de Salvador, o mais conceituado deles, no dizer de Capistrano, e a quem Tavares de Lira recorreu para narrar os acontecimentos desse momento histórico do Rio Grande, diz, apenas: "Feitas as pazes com os Potiguaras, como fica dito, se começou logo a fazer uma povoação no Rio Grande uma légua do forte, a que chamam a cidade dos Reis, a qual governa também o capitão do forte". (*História do Brasil*, edição da Biblioteca Nacional, 1889, página 158; bem como a revista por



Gravura do Barlaeus (séc. XVII)
destacando as coordenadas das
capitanias da Paraíba e do Rio Grande.

Capistrano de Abreu e publicada em São Paulo, no ano 1918, pág. 372).

Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão narra que depois de celebrada a paz com os índios... “logo se deu princípio à povoação, meia légua distante da Fortaleza, à qual deram o título de Natal, com honra de cidade” (*Novo orbe seráfico brasílico*, Lisboa, 1761, I, 167).

Frei Agostinho de Santa Maria fala nas pazes assinadas em 1599 e acrescenta: “Feitas estas, começou-se logo a povoação a uma légua da fortaleza, dando-se depois o nome de cidade do Natal” (*Apontamentos para a História dos Jesuítas no Brasil*, edição de Antônio Henriques Leal, 1675, II, 22).

Nenhum deles afirma ter Albuquerque sido o fundador da povoação, parecendo originar-se a asserção dos historiadores modernos do fato de apresentarem esses velhos cronistas o capitão do forte, Jerônimo de Albuquerque, ali deixado por Mascarenhas Homem, como sendo o preparador das pazes com os chefes indígenas.

Expõe frei Salvador que Jerônimo de Albuquerque, depois da partida dos conquistadores, ouviu o padre Gaspar de Sampéres a respeito da

maneira de se fazer a paz com os Potiguares, lançando-se mão do principal e feiticeiro chamado *Ilha Grande*, que estava preso, o qual se entendeu com os chefes da “Ribeira do Mar”, indo todos ao Forte tratar de pazes, e, como de tudo fosse avisado o governador Dom Francisco de Sousa, pelo capitão-mor de Pernambuco, Mascarenhas Homem, “que se foi ver com ele a Bahia”, mandou o governador que se as fizesse com solenidade na Paraíba (pág. 158).

Jaboatão mostra que dois anos se iam completando na empresa da conquista e a capitania pouco aumentava, só vivendo seguros os da Fortaleza e Presídio, devido às hostilidades do gentio, resolvendo, então, Jerônimo de Albuquerque aconselhar-se com os padres Bernardino e Sampéres, os quais, tratando com os índios (pág. 169), foram os principais destes ao Forte, prometendo a Albuquerque paz, que se realizou na Paraíba em 1599 (pág. 22).

Como se infere do relato desses cronistas, Albuquerque foi o iniciador dessa concórdia com os Potiguares, mas os historiadores não o dão como presente por ocasião da assinatura das pazes, aduzindo Tavares de Lira que Mascarenhas, uma

vez na capital da Bahia, informou do que se acordara sobre as pazes o governador Francisco de Sousa, “e este ao mesmo tempo que ordenara que as pazes fossem, como foram, solenemente celebradas, nomeou Colaço para comandante do forte e capitão-mor, cargos que Jerônimo de Albuquerque exercera por delegação de Mascarenhas” (*Estado do Rio Grande do Norte, in Dicionário Histórico e Geográfico e Etnográfico do Brasil*, 1922, Introdução, vol. II, pág. 519).

Gonçalves Dias, cerca do meado do século XIX, foi encarregado pelo governo imperial de examinar os arquivos da província e frisa o estado lastimável em que se achavam os mesmos, acrescentando que não havia “documento antigo, nem mesmo registro dele, de que se possa tirar proveito” e, quanto aos da municipalidade, não os pôde consultar por se acharem fora da repartição respectiva. E aduz que, de alguns livros que restavam na tesouraria, verificou ter principiado a fundação da cidade do Natal no fim de 1599, dos quais também organizou a tabela dos dirigentes da capitania a contar de 1663 (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, 1º trimestre de 1854, págs. 16 e 27).

Por aí se vê que nada de positivo resultou de suas pesquisas, no tocante ao fundador da cidade, só tendo podido organizar a relação dos capitães-mores de 1663 em diante.

Já neste século, um perquiridor infatigável e emérito dos nossos fastos, o desembargador Vicente de Lemos publicava o valioso trabalho "Capitães-mores e Governadores do Rio Grande do Norte", no qual afirma que Jerônimo de Albuquerque, no dia 25 de dezembro de 1599, "saindo da fortaleza, na distância de meia légua, num terreno elevado e firme, que já se denominava *"povoação dos Reis"*, demarcou o sítio da cidade que recebeu o nome de Natal" (pág. 5) - Mais adiante robustece a sua alegação, asseverando ter sido o referido Albuquerque - "Fundador da Cidade do Natal".

Afigurava-se o assunto evidente e incontestável, mas Lemos não diz em que se baseou para chegar a tal conclusão, parecendo que se apegou aos demais historiadores modernos e, como estes, no fato de Albuquerque ter sido o iniciador das pazes com os Potiguares e não se saber a data exata da posse do seu sucessor, João Rodrigues Colaço, governo este que se inferia haver começado em janeiro de 1600, conforme a carta de doação e sesmaria datada de 9 de janeiro citado, assinada pelo capitão-mor de Pernambuco Manuel Mascarenhas Homem, da qual consta que o dito Colaço já estava ocupando o cargo no Rio Grande (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, vol. VI, pág. 138).

Com os elementos de que se dispunha até bem pouco tempo, não se podia chegar a outra dedução, induzindo a maioria das conjecturas a conclusão de haver sido Jerônimo de Albuquerque o fundador da cidade. No entanto, os escritores que mais se aprofundaram no estudo da história riograndense, como os coetáneos - Tavares de Lira, Vicente de Lemos, Luiz Fernandes e Câmara Cascudo e o historiador Rocha Pombo, não explicam convenientemente porque assim concluíram.

O que se tem como indiscutível é que a povoação ou cidade foi fundada depois da celebração solene das pazes na Paraíba, em junho de 1599. Nestes pontos, não há discrepância entre todos os autores, inclusive quinhentistas e seiscentistas. E mesmo, não podia deixar de ser, uma vez que a guarnição da fortaleza vivia sitiada e constantemente assaltada pelos nativos.

No tocante à fundação de Natal ou cidade dos Reis, há discrepância e confusão.

Rocha Pombo fala nos colonos estabelecidos nas vizinhanças do forte, num "arraial a que se dava o nome de cidade dos Reis" (pág. 47) denominação esta que frei Vicente de Salvador dá para a cidade que se diz demarcada a 25 de dezembro de 1599, por Jerônimo de Albuquerque, num lugar mais elevado a meia légua do forte (pág. 47).

Vicente de Lemos assevera que Albuquerque "num terreno elevado e firme, que já se denominava povoação dos Reis, demarcou o sítio da cidade que recebeu o nome de Natal" (pág. 5).



Gravura constante do *Barlaeus*, de 1647, obra editada durante o domínio holandês no Brasil.

Luiz Fernandes observa que, tendo Albuquerque, apenas, transportado para um lugar mais elevado *uma povoação já criada por Mascarenhas Homem*, também construtor do primeiro edifício erguido em toda a capitania - o forte dos Reis Magos, - *o verdadeiro fundador é o capitão-mor de Pernambuco*, chefe da conquista da mesma (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, vol. 29-31, pág. 17).

Tavares de Lira simplifica, dizendo que Albuquerque fundou uma povoação nas proximidades do forte que tomou o nome de Natal (*Estado do Rio Grande do Norte*, cit., pág. 519; "A Colonização da Capitania do R. Gr. Do Norte", in *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, 77, 1ª parte (1915), pág. 13).

Câmara Cascudo, que chegou a escrever a "História da Cidade do Natal" (1947) não procurou elucidar o caso, cingindo-se, ao tratar do nome da cidade, a transcrever trechos de vários autores, dando sua opinião sobre a origem do nome do povoado, mas nada aduziu sobre quem fora seu fundador (págs. 22 e 23). Contudo, ao recapitular as "Efemérides da Cidade do Natal", no fim do volume, registrou ter sido Jerônimo de Albuquerque.

Quanto a ter havido um povoado anterior ao de Natal, acha dispensável na história a versão de se considerar o acampamento de Mascarenhas Homem como tendo sido uma cidade, negando que houvesse vestígio ou documento da transferência de povoação do recife da barra para o chão elevado onde realmente nasceu a cidade legítima, concluindo que a cidade dos Reis é a mesma do Natal (pág. 26).

Realmente, durante a construção da fortaleza não podia deixar de haver nas proximidades "umas palhoças com índios, mamelucos e soldados" formando um lugarejo ou "mocambo", como diria J.

F. de Almeida Prado e, justamente, por estorvar a defesa em tempo de guerra e a ordem durante a paz, levou Jerônimo de Albuquerque a cogitar de sua mudança para outro sítio, conclui o escritor paulista ("Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil", 1941, II, 253).

Frei Vicente Salvador não fala nesse arraial, denominando sempre o povoado de "cidade dos Reis", e isto até 1627, data alcançada pelo autor, dando a entender que "Reis" e "Natal" eram a mesma coisa, e frei Jaboatão ensina que dois anos se iam completando na empresa e a capitania não aumentava e, que, apesar da fortaleza e do presídio viverem seguros, não se podia alargar a cultura fora das abas do forte, devido às hostilidades dos índios.

Num documento da época, encontrado pelo padre Serafim Leite, no Arquivo da Companhia de Jesus, em Roma, e somente publicado em 1938, no seu primeiro volume da "História da Companhia de Jesus no Brasil", verifica-se que o padre Pinto dirigira ao Provincial da Ordem, Pero Rodrigues, uma carta a 19 de maio de 1599, em que dizia - "a uma boa residência na nova cidade, que agora se há-de fundar, obra de meia légua do forte do Rio Grande" (pág. 225). Em lugar do missivista dizer apenas 'na cidade que se há de fundar, - empregou a expressão "nova cidade", como se existisse uma outra. É certo que já o provincial Pero Rodrigues aludira antes a um "Arraial", em que os chefes indígenas, a pedido dos padres iam falar com o capitão-mor (pág. 517), porém isto se passava na primeira fase da conquista, enquanto se construía a fortaleza, em 1598 (págs. 515 a 518), arraial este que desapareceu, tanto que, no ano seguinte, quando o capitão autorizou o reatamento das conversações com os Potiguares, esclarece o Padre Pinto, "por no Forte não ser ainda seguro meter tanta gente, mandei que fizessem um

modo de choupana a ramadas, para ali ir falar com eles, o que então os Portugueses não ousavam a fazer, porque não saiam no Forte, senão bem perto e bem armados e acompanhados de soldados" (V. 504).

Por aí se vê que a aldeola referida não era a "povoação" ou "cidade" que el-rei mandara construir e, simplesmente, um bivaque ou acampamento de emergência enquanto durava o serviço do forte e que, ante os contínuos assaltos dos naturais restringindo a conquista da terra àquela nesga fortificada, extinguiu-se com a sua conclusão ou logo após.

Relativamente à fundação da cidade, vejamos o que ocorreu depois da edificação da fortaleza dos Reis Magos.

Não há discrepância no tocante à entrega do seu comando ao capitão Jerônimo de Albuquerque por Mascarenhas Homem, em junho de 1598, *não se sabendo, porém, quanto tempo levou a sua gestão*.

Tavares de Lira observa que uma vez Mascarenhas na capital do Brasil colonial, informou ao governador geral sobre a construção do forte e a pacificação dos indígenas, pelo que Dom Francisco de Sousa, simultaneamente, nomeou João Rodrigues Colaço comandante do forte e capitão-mor da capitania e determinou que fossem celebradas solenemente as pazes aludidas. (*Estado do Rio Grande do Norte*, cit., pág. 519). Dos escritores que se preocuparam com o caso, foi o que mais se aproximou da verdade.

Realmente, esclarece o provincial Pero Rodrigues, no documento encontrado por Serafim Leite, que o capitão-mor, concluído o negócio de guerra, foi tratar de pazes com o governador geral na Bahia e, concluídas essas coisas, pediu-lhe um padre exercitado na língua e conversão do gentio a fim de dar princípio às pazes com os Potiguaras, dando-lhe o superior o padre Francisco Pinto, que foi ao Rio Grande com um outro colega (G. de Sampéres), os quais, chegando ali, entenderam-se com os principais, inclusive o maiorial - *Camarão Grande*, e acrescenta - "a tudo isso se achava presente o capitão-mor e o capitão da fortaleza, João Rodrigues Colaço" (*História*, cit., I, 520).

Isto ocorria em março ou abril de 1599, porque a 19 deste último mês já os ditos padres, a fim de satisfazerem uma exigência do principal *Pau-Seco*, para melhor garantia e tornar a pacificação mais firme, partiam do forte do Rio Grande em visita às aldeias dos Potiguaras, até chegar às de *Capaoba*, donde seguiram com destino à Paraíba (pág. 524), aí chegando no mesmo dia em que aportavam os capitães-mores de Pernambuco, Paraíba e de Itamaracá, além do capitão Alexandre de Moura, provedor-mor Braz de Almeida e outras pessoas (*Op. cit.*, pág. 521).

Se dissesse - capitão-mor e capitão da fortaleza - nenhuma dúvida surgiria, tratava-se duma só pessoa, mas, pospôs o artigo a copulativa e, deixou a suspeita de serem dois personagens distintos. Todavia, a incerteza se desvanece ante o verbo e o adjetivo que os precedeu, os quais se acham no singular, designando uma só individualidade para ambos os cargos.

E, se assim não fosse, caso se admitisse o autor querer destacar o capitão-mor do capitão do forte, somente poderia referir-se ao capitão-mor Manuel Mascarenhas Homem e não a Jerônimo de Albuquerque, tanto que o provincial Pero Rodrigues,



Filipe II, rei da Espanha que se fez proclamar também rei de Portugal em 1580, com a extinção da dinastia portuguesa de Avis, em decorrência da morte do rei D. Sebastião

um pouco antes e na mesma página, narra: "Tendo o capitão-mor, depois de concluído o negócio de guerra, foi tratar de pazes com o governo geral na Bahia e concluída essas coisas pediu-lhe um padre bem exercitado na língua e conversão do gentio, a fim de dar princípio a paz com os Potiguaras", e "eu lhe dei o padre Francisco Pinto, dos melhores línguas desta Província, e por tal conhecido e respeitado dos índios" (pág. 520).

Como se vê, o único capitão-mor a que se refere o narrador é ao que terminado "o negócio de guerra", foi à Bahia tratar de pazes, e este como se sabe é incontestável, chamava-se Manuel Mascarenhas, que construiu o forte e, em seguida, entregou-o a Jerônimo de Albuquerque, indo para a Bahia.

Como se sabe, Manuel Mascarenhas Homem teve, além da conquista da terra, duas incumbências dadas pelo soberano português: a construção de uma fortaleza e de uma cidade. Pronta aquela pelo meado de 1598, foi à Bahia. Feitas as pazes com os índios, justamente um ano depois dessa conclusão, na Paraíba, e com a sua presença, tratou-se de lançar os fundamentos da cidade, a fim de dar total execução à missão real.

O que é certo é que, no princípio de janeiro de 1600, ele estava em Natal, como prova o documento por ele assinado no dia 9 do referido mês, concedendo a primeira sesmária da capitania a João Rodrigues Colaço, pelo que poderia poucos dias antes haver fundado a cidade.

Contudo, o que parece mais aceitável, de acordo com a sequência das ocorrências, é que João Rodrigues Colaço fosse nessa ocasião nomeado

comandante da fortaleza pelo governador da Bahia, a quem estava sujeita a capitania do Rio Grande e também capitão-mor, como adianta Tavares de Lira, e daí tratá-lo como tal o provincial Pero Rodrigues.

É certo que anteriormente à ação dos padres Pinto e Sampéres para a pacificação dos Potiguaras, no tempo ainda da construção do forte dos Reis Magos, já os padres Francisco de Lemos e o próprio Sampéres esforçaram-se nesse sentido, conseguindo levar alguns caciques ao "Arraial" para se entenderem com o capitão, não chegando a concluí-la, por serem muitos e não haver conformidade entre eles (S. Leite, cit., I, 517); sendo bem provável que Albuquerque, como responsável pela direção do forte, continuasse esses esforços. Daí, certamente, a inferência de haver ele, na falta de outros esclarecimentos, sido o autor da preparação das pazes definitivas e, conseqüentemente, o fundador da cidade, uma vez que o primeiro documento encontrado pelos pesquisadores até então em que se mencionava o nome de Colaço como capitão do forte, datava de 9 de janeiro de 1600 (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, VI, 138-139), seguindo-se-lhe vários atos como capitão-mor, até o ano de 1603 (*Revista cit.*, VII, 19-34).

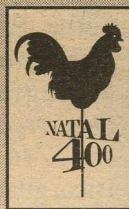
Corroborando a referência do provincial Pero Rodrigues, sobre ser Colaço, capitão-mor e capitão da fortaleza do Rio Grande, já em abril de 1599, vê-se uma afirmativa, noutro documento encontrado pelo citado historiador padre Serafim Leite, no arquivo da Companhia de Jesus, em Roma, denominado "Relação das Cousas do Rio Grande, do sítio e disposições da terra" (1607), atribuída pelo dito

historiógrafo ao padre Gaspar de Sampéres, assim: "João Rodrigues Colaço, o primeiro capitão que foi daquela Capitania" (vol. I, cit., Apêndice, letra i, pág. 558).

Destarte, segundo o testemunho dos padres Sampéres e Pinto, um que arquitetou e assistiu a construção do forte dos Reis Magos e outro que, e logo em seguida, foi servidor conciliador entre o gentio ainda hostil, em companhia do mesmo Sampéres e o provincial de ambos, o primeiro capitão-mor do Rio Grande Norte foi João Rodrigues Colaço, que já governava no ano de 1599, devendo por isso ter sido o fundador da cidade do Natal, e não Jerônimo de Albuquerque, mero capitão da fortaleza, o qual desde abril do referido ano, já estava substituído.

Não deparamos até aqui um só documento oficial que pudesse esclarecer o assunto, nem do governo da Bahia, nem do de Pernambuco ou do Rio Grande, e frei Basílio Rower, no seu trabalho "Ordem Franciscana no Brasil" explanando o esforço ingente dos seus irmãos desde o século XVI, não se refere ao fundador de Natal, apesar de acompanharem a expedição de Mascarenhas Homem os franciscanos freis Bernardino das Neves e João de São Miguel, durante quase dois anos (pág. 140), sendo que o primeiro também esteve presente à fundação da cidade de Natal (Nota 114, pág. 141 da obra citada); devendo ter sido ele o celebrante da missa que solenizou a fundação da referida cidade.

Que fatos históricos associam o nome de Natal ao da cidade potiguar? Para responder a esta pergunta, o historiador Câmara Cascudo faz minucioso levantamento das fontes disponíveis na bibliografia norte-rio-grandense. Com erudição, bom-humor e elegância de estilo, o

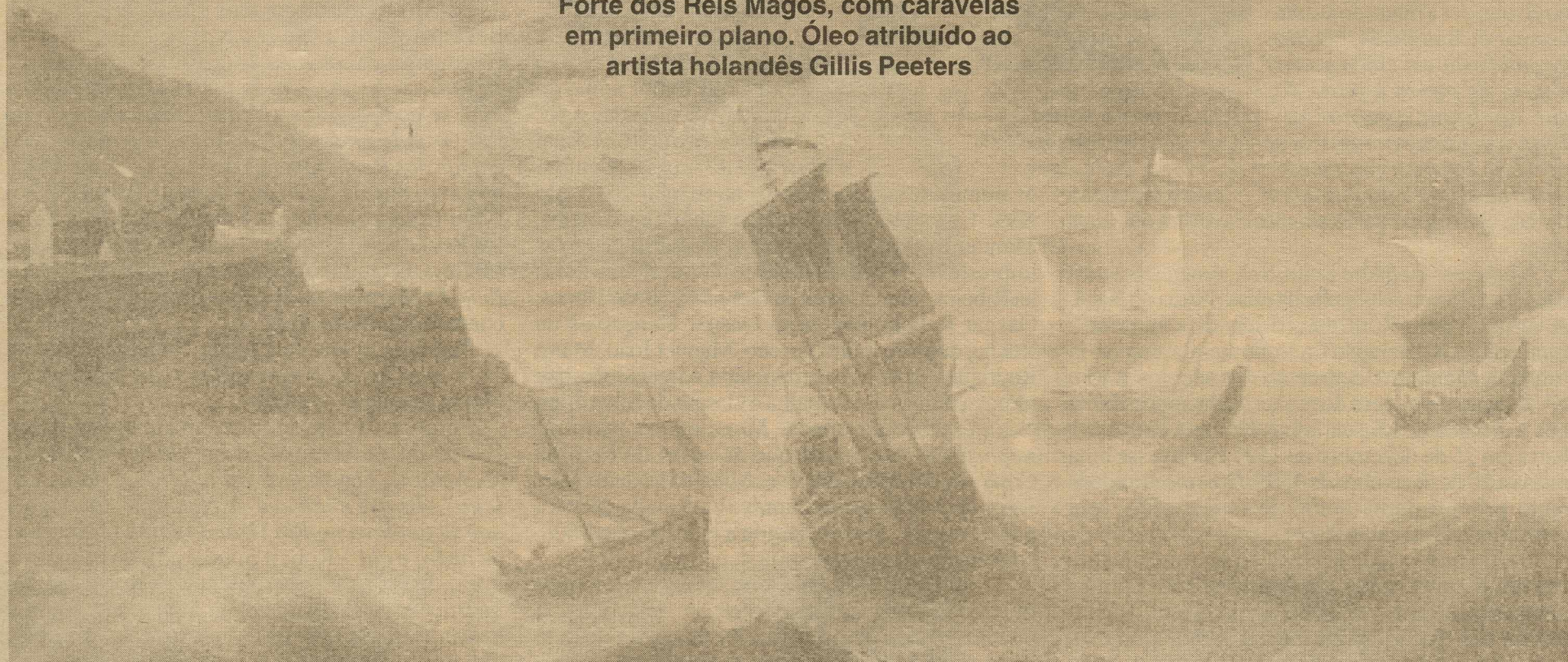


historiador potiguar reconstitui os vários nomes com que a cidade foi denominada no curso dos seus primeiros anos de fundação, por portugueses e holandeses, para concluir que “a cidade guardou o nome mais bonito e fácil. Natal. Cidade do Natal”

Fundação e nomes da cidade

Nasce a Cidade do Natal do Rio Grande. Por que Cidade do Natal?

Forte dos Reis Magos, com caravelas em primeiro plano. Óleo atribuído ao artista holandês Gillis Peeters



Luís da Câmara Cascudo

Nasce a Cidade do Natal do Rio Grande. Por que Cidade do Natal?

O visconde de Porto Seguro ensina: “...se chamou do Natal, em virtude sem dúvida de se haver inaugurado o seu pelourinho ou a sua igreja matriz no dia 25 de dezembro desse ano de fundação” (1599). Vicente de Lemos decide: “A 25 de dezembro do mesmo ano (1599), Jerônimo de Albuquerque, saindo da fortaleza, na distância de meia légua, num terreno elevado e firme, que já se denominava Povoação dos Reis, demarcou o sítio da cidade que recebeu o nome de Natal, em honra desse glorioso dia, que assinala no mundo da cristandade o nascimento do divino Redentor”. Frei Jaboatão (1768): “... vencidos os índios da terra... se deu princípio à povoação... e

foi honrada a tal povoação da cidade do Natal, porque pela festa do nascimento do Senhor se fez este ano, no ano de 1599”. Aires do Casal (1817): “...teve oportunidade de lançar os fundamentos à cidade Natal, que tomou este nome por se encontrar a inauguração da sua matriz, com a festividade do nascimento do Nosso Salvador em 1599”. Milliet de Saint Adolphe: “... pôs o nome de Natal por coincidir a inauguração da igreja que ali fez edificar com a festividade de Nosso Senhor este ano de 1599”. Rocha Pombo, *História do Rio Grande do Norte*: “Dentro de poucos meses estava mudada a povoação, e pronta a capela, que foi inaugurada em dezembro do mesmo ano (1599) dizendo-se a primeira missa com toda solenidade no dia 25: circunstância que se aproveitou para dar à vila o nome de Natal”. Tavares de Lira, *História do Rio Grande do Norte*: Esta povoação tomou, em 25 de dezembro do

mesmo ano (1599), o nome de cidade de Natal”. Rafael Galanti (1911): “...uma povoação... que chamou Natal, talvez porque inaugurou o seu pelourinho ou a sua igreja matriz no dia 25 de dezembro de 1598 ou 99”. Frei Agostinho de Santa Maria (1722): “...uma povoação... a que deram o nome de Cidade do Natal, que brevemente foi levantada com título de cidade”. São as fontes mais comuns e tradicionais.

Há outra versão. O padre Serafim Leite, S. J., (*História da Companhia de Jesus no Brasil*, Lisboa, 1938, I, p. 526, nota) cita os nomes acima, exceto Galanti, e conclui: “Nenhum destes acertou. Chamou-se Natal porque foi esse o tempo em que a armada entrou a barra do Rio Grande. Apesar da cidade se começar depois, perpetuou-se, no seu nome, a recordação daquele fato”. A informação é do padre Pero Rodrigues, em documento que o padre Serafim Leite descobriu no

Arquivo da Companhia de Jesus em Roma. O trecho do jesuíta, p. 515, é este: “*O Capitão do mar se partiu com sua armada, de catorze velas muito bem negociadas, na qual iriam quatrocentos homens. E, com ela entrou, toda, com muita prosperidade, pela barra do Rio Grande, dia de Natal do ano de 97, em que se começava o de 98*”. A carta é datada da Bahia, 19 de dezembro de 1599, onde Pero Rodrigues era provincial.

Outra fonte corroborante é a relação das cousas do Rio Grande, do sítio e disposição da terra (1607), encontrada pelo pe. Serafim Leite, S.J., no *Archivum Societatis Jesu Romanum*, transcrita, idem, I, 557, anônima mas sugerindo ao divulgador a figura do jesuíta Gaspar de Sampéres. “*O Rio Grande está em cinco graus e meio de altura à parte do sul da linha equinocial. Entraram os portugueses neste rio e terra a conquistar o ano de 97, a 25 de dezembro*”. Certo é repetição da data que o principal Rodrigues escrevera oito anos antes.

A hipótese do padre Leite, S. J., é sugestiva mas não infirma a versão popular da missa no dia do Natal. A carta de Pero Rodrigues é seis dias anterior à fundação e a “Relação” não nomeia a cidade já fundada. Nenhum documento dos séculos XVI e XVII registra a origem do nome. Nada impossibilita que a armada de Mascarenhas Homem entrasse a barra em 25 de dezembro de 1597 e houvesse uma missa a 25 de dezembro de 1599. O nome da cidade tanto provirá duma como de outra razão, sem contrariedade ou exclusão.

O sítio onde a cidade havia de ser fundada fora escolhido muito antes das pazes solenes com os potiguares. A carta do Padre Francisco Pinto, o futuro mártir dos Tocarijus da Ibiapaba, a *amanajara* (senhor da chuva) dos tabajaras e potiguares, é de 19 de maio de 1599, ao seu provincial, Pero Rodrigues. As pazes solenes na Paraíba são a 11 de junho. O padre Pinto informava ser relativamente fácil conservar os indígenas batizados - “*residindo em algumas partes, como será fazendo uma boa residência na nova cidade, que agora se há-de fundar, obra de meia légua do forte do Rio Grande*”. (Serafim Leite, I, 525).

O chão elevado e firme à margem direita do rio que os portugueses chamavam Rio Grande e os potiguares o Potengi compreende o pequeno platô da colina que sobe pela rua Junqueira Aires e desce pela avenida Rio Branco até o Baldo, praça Carlos Gomes. A demarcação foi feita com os cruzeiros de posse, tão comuns. Uma cruz no norte denominou a rua que surgiu depois, rua da Cruz, Junqueira Aires atual. A cruz ficara chantada no lado esquerdo da elevação, muito desmontada e trabalhada, começando do *square* Pedro Velho. A cruz do sul fincou-se no declive do Baldo, margem de um córrego ainda resistindo o visível, rio do Baldo, o



Cana-de-açúcar. Detalhe de uma água-forte do artista plástico holandês Johann Nieuhoff, séc. XVII.

velho Rio da Bica, Rio de Beber, o Tiuru de George Marcgrave, Tissuru na *Descrição de Pernambuco em 1746*. É a Santa Cruz da Bica, guardados os fragmentos dentro do Cruzeiro que está erguido na praçuela lateral.

Quinze dias depois de fundada ainda estava deserta. O capitão-mor João Rodrigues Colaço, na petição da primeira sesmaria concedida nas terras do Rio Grande do Norte, por Mascarenhas Homem em 9 de janeiro de 1600, informa que “*quer fazer umas casas no sítio que está escolhido para a cidade*”. D. Diogo de Meneses, governador geral do Brasil, escrevia ao Rei, em 4 de dezembro de 1608, informando que, no Rio Grande, “*a povoação que está feita não tem gente*”.

Com quinze anos de vida, a Cidade do Natal do Rio Grande tinha maior nome do que número de moradas.

Em fevereiro de 1614 Natal possuía... doze casas. Lembro

os nomes desses moradores na manhã do século XVII. Os jesuítas tinham uma casinha de taipa e telha, Manuel Rodrigues, grande proprietário de terras imprestáveis, orgulhava-se de ter duas, uma delas na Ribeira, junto à *lagoa da campina*, Simão Nunes, Gaspar Rabelo, o vigário Gaspar Gonçalves da Rocha, dono de muito terreno. Manuel João, Maria Rodrigues, duas vezes proprietária, Miguel João, que morava numa casa de palha e Gaspar da Silva eram os *influentes* da época. Menciona o *Auto da Repartição das Terras* que as casas de Pero da Costa e de Antônio Gonçalves Minhoto haviam caído. Jorge de Araújo, que explorava uma olaria onde é a praça Augusto Severo, largou a indústria em 1608, convencido de que não seria rico fazendo tijolos.

Tentava-se valorizar a terra imensa. O capitão-mor João Rodrigues Colaço ofereceu mil braços em quadra de terra no rio Jaguaribe como sendo dote da moça Izabel Alvares, filha de Domingo Alvares, em setembro de 1601. Vai o bombardeiro do Forte dos Reis Magos, Diogo de Almeida, e casou com a donzela Izabel e recebeu a terra, para povoá-la em três anos. No fim de um ano a mulher lhe deu uma filha. O bombardeiro largou o dote porque *he terra de nhu proueito*...

De trinta e sete chãos para construir casas no sítio da cidade, apenas doze casinhas surgiram. Os senhores da terra, dominadores de centos de braços, com alagados, currais de gado, pescarias, negros da Guiné, viviam na labuta, vindo raramente à cidade. Antônio Gonçalves Minhoto, João Lostão, Manuel Rodrigues, Francisco Coelho eram os potentados daquele tempo. Exceto o primeiro, morreriam às mãos truculentas dos janduis, a guarda pretoriana dos holandeses, no domínio de vinte e um anos.

Nesse fevereiro de 1614 chegou ao Natal um grupo ilustre, o desembargador Manuel Pinto da Rocha, Ouvidor Geral, o Capitão-mor de Pernambuco, Alexandre de Moura, o escrivão Tomé Domingues, com sua pena de pato, o tinteiro portátil,

de chifre de boi, o areeiro de poalha fina, para enxugar a tinta. Houve um documento que atravessa tempo. O escrivão da Fazenda, Alfândega e Almoxarifado, Pero Vaz Pinto, certifica que pregou as cópias do bando (edital) do Governador Geral do Brasil, Gaspar de Souza, no Forte dos Reis Magos e *preguei uma nas paredes da Igreja Matriz desta dita Capitania por não ter portas*...

A Matriz não tendo portas estava sempre aberta às orações.

Em setembro de 1631 as doze casas eram sessenta.

A Cidade do Natal sempre se chamou assim? *O auto de repartição das terras*, em fevereiro de 1614, declara, sisudo: *Cidade do Natal do Rio Grande*. Os holandeses falam, quase unanimemente, na aldeia ou cidade do Natal. A carta geográfica de George Marcgrave registrou Natal assim como os mapas de Johannes Vingboons, duas autoridades decisivas na espécie.

Houve nome anterior deixando vestígio da história e cartografia erudita. Cidade dos Reis. Frei Vicente de Salvador, escrevendo em 1627 a primeira História do Brasil, informado por seus irmãos de hábito, frei Bernardino das Neves e frei João Miguel, testemunhas da colonização do Rio Grande, registra: “*Feitas as pazes com os potiguares, como fica dito, se começou logo a fazer uma povoação no Rio Grande uma légua do forte, a que chama a cidade dos Reis*”. O mapa de João Teixeira, 1612, no Livro que dá razão de estado do Brasil (fl. 36) fixou *Cidade dos Reis*. O Janvier de 1782, *Natal los Reys ou Rio Grande*. O Zurneri de 1709, *Natal los Reys*. O Guilherme Sanson de 1679, *Natal ó los Reis*. O Marquês de Basto escrevendo em 1654, chama *Cidade dos Reis*.

Também apareceu Cidade Nova. O Lapie de 1814 cita *Ciudad Nova ou Natal* e se decidiu pela última na edição de 1820.

Surgiu a Cidade de Santiago em vez de Natal. Capistrano de Abreu escreveu: “*Melchior Estácio do Amaral, historiador do naufrágio da nau S. Iago*”, diz que chamava-se cidade de Santiago a que se fundava no Rio Grande e tinha três casas de pedra e cal”. Robert Southey, fiado na mesma letra, dissera semelhantemente: *Recebera ele instruções para fundar ali uma vila que, tendo a ordem emanada do governo espanhol, foi posta debaixo do padroado de Santiago, e chamada do mesmo nome, mas depois da revolução, reputando quicá os portugueses aquele santo por demais votado aos interesses da Espanha, privaram-se do seu protetorado, chamando Três Reis a povoação*”. Southey, para maior confusão, cita João Rodrigues Colaço como encarregado de fundar o Forte dos Reis Magos.

Durante o domínio holandês Natal passou a ser *New Amsterdam, Nova Amsterdã, ou simplesmente Amsterdã*. Joan Nieuhof, contemporâneo dos fatos, ensina: “*Acima do Rio (Rio Grande) há uma cidade de pequena importância denominada Amsterdã*”.

Aires do Casal, em 1817, descobriu outro nome, Natalópolis. Diz a sua *Corografia Brasília*, 2, 161: - *Natal, Natalópolis, que se acha às vezes na história com o nome Cidade dos Reis*...

A Cidade guardou o nome mais bonito e fácil, Natal. Cidade do Natal.

(Excerto extraído do livro *História da Cidade do Natal*, de Luís da Câmara Cascudo, UFRN/Civilização Brasileira/INL/MEC, 1980)

O jornalista goiano Brasigóis Felício visitou Natal em dezembro passado, na companhia do Dr. Getúlio Araújo, um natalense que deitou raízes em Goiânia há duas décadas. O resultado da visita rendeu ao jornalista uma série de impressões pessoais sobre a cidade que



vivia o apogeu das comemorações do centenário de nascimento do historiador Luís da Câmara Cascudo. O GALO publica em primeira mão as anotações de Brasigóis Felício, cronista perspicaz e sensível ao que há de emotivo e de risível na matéria do fazer literário.

Diário de bardo

(Roteiro sentimental de viagem à cidade do Natal)

Na Rua Chile a alma boêmia da velha
Ribeira reverbera nos casarões cheios
de lembranças de um passado risonho

Brasigóis Felício

Em Natal, terra de grandes poetas e artistas, por onde se vá é inevitável encontrar uma saudosa presença cascudiana. Quem foi esse “brasileiro feliz”, que mesmo sem ligar para dinheiro deixou ao nosso povo tão milionário legado? Por mais que já o tenham estudado e louvado os estudiosos da etnografia e do folclore, bem como o poetariado em geral, que em todo o RN é cascudiano de carteirinha, há muito ainda a estudar e amar em sua obra imensa como o mar.

Em Natal todos (ainda bem) souberam o que é a intriga do bem; e se pinta alguma desavença nas hostes do poetariado é que a vaidade (vanidade das vaidades) tanto viceja na província quanto brota nas metrópoles. “Goiás, a extinta pureza”. Nas brancas dunas de Natal tenho saudade de Portugal

- que vi em Acari, na gente advinda da raça lusitana. É a velha vida resistente de um povo forte a resistir à morte. No chão esturricado da seca seridoense o verde é saudade imemorial dos velhos dias inverniais. Tudo lá lembra a ancestral entrada da gadaria portuguesa.

O sertão não virou mar, o mar não virou sertão. E porque não enjeita no passadio carne de sol, queijo de coalho e do sertão, farofa de manteiga da terra, arroz doce, feijão verde, milho verde, canjica, pamonha e tapioca, o sertanejo seridoense é antes de tudo um forte.

◆◆◆ No IHGRN, vejo pesada e reforçada arca, com reforço de rês enormes cadeados. Foi a providência adotada pela Grã-Rainha infanta de Portugal, para evitar a ação dos amigos do alheio, que já naquelas priscas eras faziam grandes estragos nas burras do erário. E penso: tal providência seria

hoje de todo inútil e impotente. Os que desde Cabral defraudam e furtam a coisa pública sofisticaram seus métodos de malandragem federal.

◆◆◆ “Aos gregos, troianos, nordestinos, bêbados, prostitutas, pescadores do Pirangi, barqueiros do Guadalquivir, bordalescas, artefatos e anacolutos, dedico com todo meu afã”. (Augusto Severo Neto, em dedicatória do seu romance “Do existir façanhoso de Odicélio Gineceu”).

◆◆◆ O mar, o mar. Sempre o mar. O mar não bramia. Nunca houve mar em minha vida. E porque “são demais os caminhos desta vida” e é preciso ter cuidado quando anda por perto uma mulher perfeita. Tenho saudades do futuro e do mar que nunca tive, mas o seu som absoluto eu sempre escuto, quando naufrago entre as vagas de uma alegria triste (a mais triste que existe).

◆◆◆ E quando o matadouro do dia bancário fecha as suas portas, e os bares abrem suas comportas, abre-se o largo sorriso da cidade natalense. Na hora crepuscular da convivência cervejante bardos a bordo de bêbadas ilusões vão chegando ao Sebo Vermelho. São passageiros da agonia, que escaparam (por enquanto) dos “rios de aço do tráfego”; Ulisses da modernidade, são errantes navegantes da selva de pedra em que vão transformando a província cascudinha - terra do sol, que a brisa dos ventos alíseos beija e balança.

É a hora crepuscular da convivência cervejante dos ratos de biblioteca. Quem chega primeiro é a ninfa cearense. Virgem (pero no mucho), que tem lábios de mel de Iracema alencarina. É a senha para o toque de recolher e beber. Logo vão chegando os faunos, como os pombos regressam aos ninhos, vindos do vasto mundo de Raimundo.

Quem chega primeiro é Zé Areia, com sua veia picaresca de fazer rir gente grande. José Helmut chega faceiro, com seu dente solitário de furar pitomba e tampinha de garrafa. Declama “Os Lusíadas” de canto a canto e, de lambuja, devassa “Os sertões”, poema em prosa da brasilidade que se ufana de ser forte na miséria.

Memória de elefante? Não... é que ele leu as obras imortais trezentas vezes vezes trezentas (e outras mais). Abimael Silva, cascudiano de carteirinha (eterno Quixote das letras), manda descer mais uma (gelada, mas não estupidamente), enquanto leva ao forno mais uma edição de O Cangaceiro. Mesmo sabendo que ser nanico no Brasil não é para qualquer mulato inzoneiro (ou para neguinho matreiro) que com artes de Malazarte entrega o Brasil ao estrangeiro.

Está faltando o Vivi (Veríssimo de Melo) na confraria dos bardos. Luís da Câmara Cascudo é um retrato na parede: “Mas como dói!” Somos todos navegantes do barco bêbado da esperança e do medo. E ‘entre um sonho e outro’ decorre a nossa curta eternidade.

P.S. José Helmut exerceu por muitos anos o ofício de carteiro. E tendo tintas de literato, foi escalado para ser o carteiro do poeta Cascudinho. A cada dez livros que levava, Helmut surrupiava de três a quatro, invocando a lógica: “Ele já tem tantos, para que vai precisar de tantos?”

E assim fazendo, ao cabo de quinze anos, o carteiro do poeta acabou formando considerável e qualificada biblioteca.

◆◆◆ Quantos anjinhos Iaperi recolheu do céu para o serviço de Deus? Nem ele sabe. Perdeu a conta tantos foram os anjos nordestinados que recolheu.

E por os haver amparado no susto de viver do custo Brasil. E como o homem nordestinado é antes de tudo um forte, passa o dia na agricultura e a noite na criatura.

◆◆◆ Viva o governador Joaquim Ferreira Chaves, que trouxe a manga rosa para a cidade do Natal. Essa dulcíssima iguaria de seu frutífero governo será sempre lembrada pelo povo!

Epigrama predileto do Dr. Fonseca, esculápio de nomeada: “Se tens febre, não me negues!”

Do folclore natalense consta que um renomado

ortopedista que, não obstante sua competência científica no “encanar” pernas e braços fraturados, era um tanto aluado, e ao ver a esposa entrar esbaforida, a anunciar que o filho caíra da mangueira, quebrando o braço, pôs-se a gritar: “Chame o médico!”

E um considerado dermatologista natalense, ao ver um paciente com câncer de pele: “Que belo caso de carcinoma!”

◆◆◆ “O banquete será um dia a comida razoável e gostosa que amamos e não aqueles trocinhos sem identificação que passam sujando os pratos e justificando a ho-menagem ao ho-mem que fica presidindo a mas-tigação a seco” (Câmara Cascudo, quem com mais tempero, paixão e arte estudou a história da alimentação no Brasil).

◆◆◆ A ordem do cangaceiro, com que o embaixador Assis Chateaubriand (um grande gozador) condecorou a nobreza inglesa em Natal seria conferida por mestre Cascudo (foto abaixo), e levaria o saboroso nome de “Ordem do Cajueiro”. Em Goiás, a venerável prebenda atenderia pela alcunha de “Ordem do Pequizeiro”.



◆◆◆ Entrevistado no bar das Bandeiras, na velha Ribeira: “Maurício Carabode era um Hércules sertanejo. Levou uma mesa de sinuca na cabeça, de Patu a Pau dos Ferros (200 km de Natal), em marcha militar, sem parar um instante sequer, para descansar. Ao chegar, perguntou: “Quem paga o frete?” Como ninguém pagou, botou a mesa na cabeça e voltou.

E como estava meio fraco antes de voltar comeu uma banda de carneiro assado, uma melancia, uma bacia de coalhada, um cacho de banana e um agridal (sic) de feijão com carne e arroz”.

◆◆◆ Vou, com o Dr. Getúlio Pereira de Araújo, folclorista e pintor das coisas do povo, à velha Ribeira, cantada em prosa e verso pelos boêmios e poetas natalenses. Lá sou informado de que o vetusto casarão que, no passado, foi casa abaixo de qualquer suspeita, pois que era o teto e guarida de mulheres de vida airada também já foi

palácio de governo. O que não é de estranhar. De um modo geral, no lado de baixo do Equador, onde se faz um pecado rasgado, suado, a todo vapor, casas suspeitas são freqüentadas por “homens de qualidade”.

Em Goiás, Maria Branca era mulher muitíssimo considerada, e sob seu telhado alegremente se regalaram e refocilaram as mais altas autoridades do Estado. Certo dia, a primeira dama d’antanho, querendo oferecer uma recepção nos jardins do Palácio, verificou que o mesmo não possuía orquestra nem cristais, forros de mesa e guardanapo em quantidade. Mandou então uma comissão de alto nível solicitar um empréstimo a Maria Branca, em caráter de urgência urgentíssima. Boa como era, Maria Branca acedeu à súplica na mais cândida alegria. Não é à toa que já quiseram condecorar Maria Boa.

◆◆◆ Entrevistado em um boteco: “A Polícia quando está perto atrapalha, quando está longe faz falta”.

◆◆◆ No IHGRN, enquanto Enélio Petrovich, apóstolo e guardião da história bate o córner e corre para cabecear (e depois defender) sendo o único presidente de entidade cultural que prega selos, explora os vastos cabedais de Olavo Medeiros, que sabe tudo sobre a presença holandesa no período colonial brasileiro. Por sua prosa rica e saborosa, fico sabendo que em Caicó o visitador proibiu a dança de São Gonçalo (a dança da fertilidade) “por seu conteúdo imoral, que utiliza o concurso das partes pudendas de ambos os sexos”.

Comentamos as teorias estapafúrdias de lunáticos e compiladores travestidos de autores e historiadores. Há um caso célebre, de um camarada que transcreveu e compilou textos de Cascudo e assinou como se fossem de sua lavra.

“Um lunático do RN, com tintas de astrônomo amador, até hoje acha que existem duas luas. E porque uma fica atrás da outra, ninguém vê a segunda. Mas há também a teoria da terra oca (que garante existir uma entrada para o centro da terra, onde existe um sol interior, e a que atesta, em alto e bom som, que Pedro Álvares Cabral entrou no Brasil pelo Rio Grande do Norte e não pela Bahia (Porto Seguro), como asseguram os autos da História.

◆◆◆ No dia do marinheiro Cascudo foi convocado a participar das comemorações que, como é de praxe neste país de oradores natos e doutores data-vênia, falaram todos até espumar o canto da boca. Ao final da sessão de retórica em homenagem aos bravos marinheiros da brasilidade convidaram Cascudo para dar um arremate final na colcha de retalhos da retórica triunfalista, “por que me ufano de meu país, etc., coetera”.

Sentindo que o estóico “público externo” suando em bicas, abatido por infernal canícula caía pelas tabelas, com a maioria entregue a sono solto aos braços de Morfeu, a todos surpreendeu. Levantou-se sereno e, tirando o indefectível charuto da boca, falou ao povo: “Fora de forma!”.

Brasigóis Felício, goiano, é jornalista, membro da Academia Goiana de Letras e autor de *Viver é devagar*, e de outros livros.

A reportagem biográfica tem no natalense Gildson Oliveira um dos seus grandes cultivadores no nordeste. Depois de escrever sobre Luiz Gonzaga e frei Damião obras que lhe renderam prêmios de reconhecimento, Gildson assenta a mira sobre seu conterrâneo Câmara



Cascudo. Ao fim de duas décadas de pesquisas e anotações a intervalos variados, sai pela editora Brasília Jurídica o livro *Câmara Cascudo, um homem chamado Brasil*. Este livro foi lançado no dia 30 de dezembro de 1998, encerrando o ano Cascudo.

Gildson Oliveira

Gildson Oliveira autografa seu livro num evento promovido pela Fundação José Augusto, no Palácio da Cultura, quando foi dado a público também o livro *Alma patricia*, de Câmara Cascudo.

Fotos: Ana Amara



Por ocasião do lançamento de sua reportagem biográfica sobre Cascudo, Gildson Oliveira concedeu uma entrevista ao jornalista Nelson Patriota, editor de O GALO, em que comentou o trabalho de elaboração do livro, as dificuldades inevitáveis que cercam um trabalho de tal envergadura, e as alegrias que também propicia.

Natalense radicado há três décadas em Recife, Gildson encontrou na capital pernambucana o ambiente propício para o desenvolvimento de sua carreira profissional, onde veio a se aposentar pelo Diário de Pernambuco. Apesar do distanciamento psicológico de sua cidade natal, Gildson confessa que o projeto do livro sobre Cascudo sempre esteve entre suas prioridades. Obrigações profissionais o obrigaram a esperar pelo tempo propício que, felizmente, chegou. Apesar da longa espera, Gildson acha que seu livro veio na hora certa, uma vez que pôde participar das celebrações do centenário de

nascimento do escritor potiguar e que, segundo prognostica o jornalista natalense, está prestes a ocupar o verdadeiro lugar que lhe cabe na cultura brasileira: um posto central, como um dos grandes intérpretes do Brasil, ao lado de Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda.

Luiz Gonzaga, Frei Damião e agora Câmara Cascudo

O GALO - Por que o livro *Câmara Cascudo, um homem chamado Brasil*?

GILDSON OLIVEIRA - Fiz o livro porque é um tributo meu, de um repórter modesto, ao maior intelectual deste país; segundo, é que eu nunca tinha escrito nada sobre alguém da minha terra. Escrevi

sobre Luiz Gonzaga, frei Damião, então surgiu a oportunidade de escrever sobre Cascudo.

O GALO - Quanto tempo despendeu nesse trabalho?

G. O - Comecei a escrevê-lo desde o dia eu conheci Câmara Cascudo aqui em Natal, na década de 70. Mas eu tinha uma vida muito atribulada como repórter de jornal, viajando muito, e fui adiando sua conclusão para o futuro, isto é, este fim de ano. O prefácio do livro é de um cearense, Antônio Vicelmo, da TV Verdes Mares e do Diário de Nordeste, que conheci na fronteira de Pernambuco com o Ceará, ambos em atividades jornalísticas.

O GALO - Quantas entrevistas você fez com Câmara Cascudo?

G. O - Fiz duas entrevistas com Câmara Cascudo. A primeira foi no fim dos anos setenta; a última foi dois anos antes de sua morte, isto é, em 1984; Eu vira em Cascudo, desde o primeiro instante, uma

pessoa extraordinária. Dali nasceu a idéia de escrever sobre ele. Só que o projeto teve de esperar porque eu era editor regional do Diário de Pernambuco, e viajava em médias duas vezes por semana. Mas esse trabalho também foi importante para a confecção do livro porque me permitiu conhecer melhor o interior do nordeste e a valorizar sua cultura e seu povo.

O GALO - Quantas pessoas você entrevistou para escrever o livro?

G. O. - Quase uma centena. Várias do Rio Grande do Norte, outras de Pernambuco, Paraíba, Rio, São Paulo...

O GALO - Quando você sentiu que o projeto Cascudo estava maduro para ser executado?

G. O. - Foi em 1997, quando fui a Bozzano, terra de Frei Damião, na Itália, para terminar meu livro sobre ele. Me hospedei no Colégio Pio Brasileiro, que hospeda padres brasileiros, e lá conheci Juarez Dutra, que é o bibliotecário do colégio. Foi através dele que eu consegui entrar no colégio, porque em geral eles só hospedam padres e parentes de padres. Sabendo disso, eu falei com um padre amigo meu em Pernambuco que era amicíssimo de Juarez, o qual lhe explicou que ia fazer um trabalho sobre um padre. Com isso, conseguiu que o Juarez abrisse as portas do colégio para mim.

O GALO - Por que você escolheu o Colégio Pio Brasileiro, de Roma?

G. O. - Porque eu queria um tradutor de italiano, e nada melhor do que um tradutor padre para ouvir a família de outro padre, no caso, a família de frei Damião.

O GALO - E encontrou esse padre-tradutor?

G. O. - Sim. Lá eu conheci o padre Almir, um cearense, e deu tudo certo.

O GALO - E qual a relação que isso teve com o seu trabalho sobre Câmara Cascudo?

G. O. - Certo dia eu estava na Biblioteca do Pio Brasileiro e deparei com a coleção completa das obras de Câmara Cascudo. O mais curioso é que os livros estavam amarrotados, sujos, até, com o aspecto de livros encontrados em sebos. Eu

perguntei a Juarez por que razão os livros estavam daquele jeito, amarrotados e sujos. Ele disse: "Obviamente é porque são muito manuseados". E explicou que além dos 109 padres brasileiros, o Colégio Pio Brasileiro hospedava mais de uma centena de padres de outros países da América Latina que faziam mestrado na Universidade São Tomás de Aquino, de Roma, em cursos de teologia, filosofia, sociologia, etc. O curioso, segundo Juarez, é que esses padres, tanto os brasileiros quanto os demais, pesquisam muito nos livros de Cascudo, principalmente o *Dicionário Brasileiro do Folclore*, o *Meleagro*, *História dos nossos gestos* e *Dante Alighieri e a tradição popular no Brasil*, entre outros. Aquilo me impressionou vivamente.

O GALO - Esse foi então o estímulo que lhe faltava para convencê-lo a escrever um livro sobre Cascudo?

G. O. - Sim, lá no coração da Europa, sem ninguém nem saber aqui no Brasil, Câmara Cascudo estava sendo lido por padres brasileiros e estrangeiros residentes em Roma.

O GALO - Você entrevistou algum etnólogo durante a elaboração do livro?

G. O. - Está no livro o prof. Ivan Cavalcanti Proença, e a professora Márcia Ferreira, do Instituto Nacional de Folclore. Como a repórter Lena Frias fez grandes matérias sobre Cascudo, consultei-a também para saber o que ela pensava daquele homem que ela entrevistou em 1970, que eu reputo uma das melhores entrevistas que se fez com Cascudo.

O GALO - Há muitos nordestinos entrevistados no seu livro?

G. O. - Sim. Por exemplo, eu dedico um capítulo a inteiro a Pernambuco, intitulado *Evocação de Pernambuco*, para mostrar como muitos intelectuais pernambucanos se renderam ao talento intelectual de Câmara Cascudo. A lista começa pelo prefeito Roberto Magalhães, que, aliás, é daqui. E segue com Ariano Suassuna, José Rafael de Menezes, o poeta Waldemar

Lopes, Glaucio Lopes, Nelson Saldanha, Aleixo Leite Filho, José Nivaldo, Fátima Quintas, Mário Souto Maior, Fernando Freire, Marcos Vinicius Vilaça, Gláudio Veiga.

O GALO - E entre os potiguares?

G. O. - Daqui, conversei com Cassiano Arruda, Salésia Dantas, Deífilo Gurgel, Diógenes da Cunha Lima, Vicente Serejo, Paulo Macedo, Ana Maria Cascudo, Hamilton de Sá Dantas, Enélio Petrovich, José Melquíades, Carlos Lyra, José Augusto Delgado... só não falei Woden Madruga nem Sanderson Negreiros, Fernando Luís Cascudo. Eu queria ouvir Woden para ele rebater as acusações da família Cascudo, dizendo que só foi tombada a fachada da casa de Cascudo e eu sabendo que não era verdade. Eu não acredito que se tombe só a fachada de um edifício. Woden preferiu não fazer comentários. Mas também não dei muita trela a Ana Maria (Cascudo). Quanto a Sanderson Negreiros, não consegui falar localizá-lo, embora quisesse muito fazê-lo.

O GALO - Há quanto tempo você está morando em Recife?

G. O. - Moro em Recife há mais de 30 anos, mas não perdi minhas raízes, o amor pela minha terra, e agora mais do que nunca. Quando eu estava lá na Itália foi que eu senti o orgulho de ser natalense, e agora vim a minha terra pagar o meu dever de ofício lançando este livro sobre Cascudo. Esta é a primeira razão do trabalho. Mas muita gente aí desconfia, ao ponto de se recusar a escrever o prefácio do livro. Por exemplo, eu convidei o jornalista Vicente Serejo para fazer o prefácio do livro - talvez eu esteja fazendo a primeira crítica aqui - ele se comprometeu em fazer. Fui para Brasília acompanhar o fechamento do livro no dia 17 de novembro, uma segunda-feira. A sexta-feira era o último prazo que eu tinha para pegar o prefácio do livro. Aí liguei para o celular de Serejo. Ele estava chegando na praia da Pipa com Diógenes da Cunha Lima, e falou que Diógenes mandava um abraço para



Livro de Gildson Oliveira reúne depoimentos de mais de cem pessoas sobre o escritor Luís da Câmara Cascudo

isoladamente, quisesse aventurar-se na desafiante empreitada de percorrer tão longamente sobre a vida do mestre Cascudo, certamente não teria tantas informações fragmentadas e ricas como as que povoam estas reflexões sobre as muitas facetas e belezas que singularizam a figura grandiosa do poeta da Rua Junqueira Aires. Do distante e pequeno lugar onde morava, fez o mundo curvar-se à cidade-presépio para reverenciá-lo (sem a preocupação de atrair vaidades menores e efêmeras) como um dos maiores etnólogos e folcloristas de todos os tempos.

Gildson Oliveira, que foi arquiteto deste árduo e substancial amálgama, candidata-se a um compromisso cultural tão grande quanto o que ora empreende, sem dúvida à altura de suas possibilidades e recursos intelectuais: o de nos oferecer, no futuro, uma biografia do mestre Cascudo, homem excepcional, jornalista incansável e cronista de fatos sociais e humanos curiosos. ("Orelhas" de *Câmara Cascudo, um homem chamado Brasil*)

Hamilton de Sá Dantas

Juiz Federal

Trajectoria de um jornalista irrequieto

Gildson Oliveira é um norte-rio-grandense que deixou o seu Estado natal após concluir o curso de jornalismo. Depois de experiências na imprensa potiguar, foi para Recife no ano de 1966, onde tem-se revelado irrequieto jornalista em busca das notícias que retratam a problemática do Nordeste, bem como da rica literatura humana e sua geografia social. Ora o vemos debruçado a estudar o místico Frei Damião, ora parte em busca (como o fez, com tintas vivas de um fiel biógrafo e pintor de caracteres) da trajetória do cancionista-mor nordestino, Luiz Gonzaga, "o matuto que conquistou o mundo".

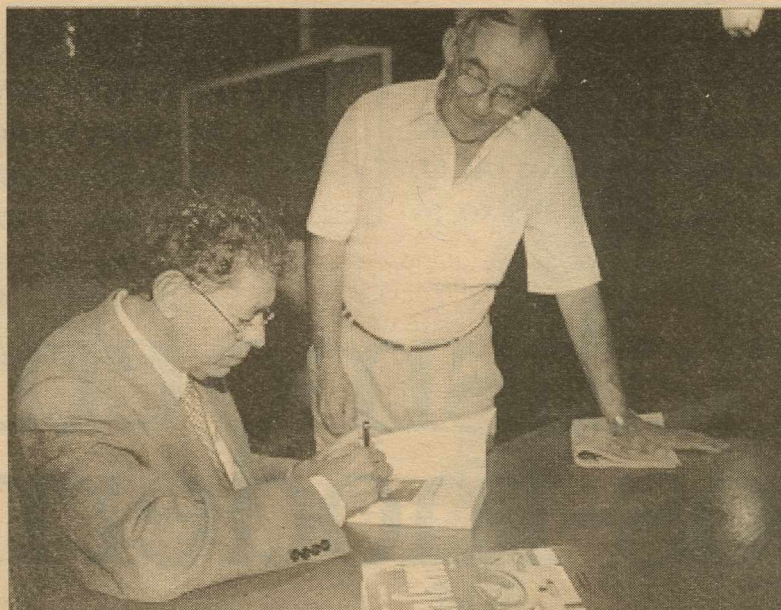
Agora, com Câmara Cascudo: um Homem Chamado Brasil, o etnólogo e historiador que conquistou raças, povos e continentes, brinda-nos com uma excelente obra, onde, com esforço, reúne depoimentos de autoridades e intelectuais que testemunharam ou vivenciaram fatos e curiosidades que marcaram as muitas passagens do itinerário desse brasileiro ímpar que em tantos campos do conhecimento humano transitava como se em cada um deles fosse um especialista.

Há no livro um amálgama de opiniões, moldadas por mãos e vozes das diversas origens e lugares. Mas o grande beneficiário desse multiplicidade de idéias será, sem dúvida, o próprio leitor, que poderá se deliciar, ao correr destas páginas, lendo as mais fecundas e humanas manifestações sobre este ser incomparável que nunca quis deixar o seu solo natal, o Rio Grande do Norte.

Arriscaria mesmo dizer que, se algum autor, solitário e

mim. Retribuí o abraço e perguntei quando receberia o prefácio, acrescentando: "você pode até mandar (o prefácio) para Brasília. Eu viajo pra lá, não tem problema. Dei o e-mail, o fax, tudo. Ele respondeu: "Eu mando praí, porque domingo eu estou em Natal, e você só viaja domingo à noite, dá tempo de você levar". Até hoje. Não deu nem satisfação. Mas eu transferei o trabalho do jornalista Antonio Vicelmo, que seria a apresentação, em prefácio. E lamentei muito, porque queria um colega de imprensa da minha terra assinando o prefácio. Por que Serejo? Porque Serejo sabe muito e eu não sei... Só espero que ele não se arrependa. Aqui, sem nenhuma experiência que eu não tenho sobre Cascudo, procurei pinçar Cascudo de várias maneiras. Você não encontra, por exemplo, um depoimento de Rachel de Queiroz sobre Cascudo como está no livro; encontra, quando muito, comentários soltos. A observação vale também para de Jorge Amado, Carlos Drummond de Andrade, e outros autores citados no livro. Eu procurei fazer exatamente esse outro lado. Não foi à toa que eu fui acompanhar a homenagem que o Congresso Nacional prestou a Cascudo, no dia 26 de março de 1998. A bancada do Rio Grande do Norte não teve prestígio para conseguir a homenagem, quem teve foi o deputado do PT de São Paulo, Eduardo Jorge. Enélio entrou na jogada e o Instituto participou. Os parlamentares do Rio Grande do Norte participaram, deram depoimentos emocionados, enfim foi uma homenagem belíssima. Depois fui à Academia Brasileira de Letras cobrir a homenagem da Academia a Cascudo. E lembro que Cascudo me disse, numa das nossas conversas: "Pra que diabo eu quero Academia?" Mas por que não, mestre?, perguntei. Ele respondeu: "você já imaginou eu vestido com aquele fardão, com aquele chapéu bico-de-pato, eu ia me sentir o próprio rei do Congo. A Academia fica para o homem de Apipucos, que gosta de torre de marfim, (referindo-se a Gilberto Freire) Eu prefiro meu canto, aqui é minha academia, a Ribeira. Eu sou é canguleiro". E a Academia se dobrou a Cascudo, prestando-lhe uma homenagem que eu transcrevo. O Fernando Luís Cascudo até publicou o depoimento dele e distribuiu aí pra todo mundo. Depois mandou as fitas que eu não consegui na hora e tirei o depoimento de Antonio Olimpo, que saudou Cascudo em nome da Academia, depois saí ouvindo Arnaldo Niskier, Rachel de Queiroz, Celso Furtado e Barbosa Lima Sobrinho, que faz um grande elogio à nova geração. Elogia, por exemplo, Antônio Nóbrega, um artista jovem, talentoso, que faz um trabalho, "Sol a pino" em cima da obra de Cascudo. Ele acha também que agora é que Cascudo está sendo descoberto. Barbosa Lima Sobrinho disse mais ou menos assim: "Quando um artista jovem e talentoso leva para o seu teatro Cascudo, que iria fazer cem anos, e a gente acha está morto, é o contrário, está mais vivo do que nunca. E agora é que ele vai ser descoberto." - A terceira homenagem a Cascudo que eu cobri foi a do Superior Tribunal de Justiça, com uma medalha in memoriam que foi entregue a Fernando Luís Cascudo. Localizei ainda o advogado da correspondência íntima de Cascudo, que era também seu procurador em Brasília, hoje é juiz federal, Carlos Fernando Matias. Ele me prestou um depoimento fantástico, e mostrou umas cartas de Cascudo para ele.

O GALO - Você encontrou depoimentos contraditórios sobre Cascudo?



O jornalista Gildson Oliveira autografa mais um exemplar de seu livro *Câmara Cascudo, um homem chamado Brasil*

G. O. - Sim. Muitos poucos, é verdade. Um deles é, por exemplo, do escritor paraibano Ascendino Leite. Ascendino diz guardar boas recordações de Cascudo, e lembra que Cascudo o ajudou a conseguir um emprego em Natal numa época em que ele precisou fugir da Paraíba por questões políticas. Mas reconhece que pouco conviveu com Cascudo, e diz que não se considera capaz de avaliar sua obra. Ascendino vê em Cascudo um homem de cultura respeitável, importante para a cultura brasileira deste século, mas diz que o folclore, a literatura de cordel e outras manifestações da cultura popular não o empolgam. Ascendino prefere destacar o trabalho que o folclorista potiguar desenvolveu no campo da pesquisa social. "Nesse aspecto, foi admirável. A literatura que nos legou não partiu, apenas, daquela cabeça de gênio. Faz parte do seu conjunto de qualidades, instruções e direções intelectuais que sabia expressar a seu gosto".

O GALO - Você está lançando o seu livro por uma editora especializada em livros jurídicos. Como isso aconteceu?

G. O. - A Brasília Jurídica editora nunca editou um livro nem de longe parecido com o meu. Ela vende livros jurídicos, que são caros. E parece que a experiência com o meu livro foi boa porque ela está se abrindo agora para outros livros não-jurídicos. Quer fazer uma reedição do meu livro



Gildson Oliveira e a jornalista Ana Maria Cascudo, num flagrante da noite de lançamento de *Câmara Cascudo, um homem chamado Brasil*

sobre Gonzaga, o *Luiz Gonzaga, o matuto que conquistou o mundo*.

O GALO - Você tem conhecimento de alguma nova obra sobre Cascudo?

G. O. - Confesso que não.

O GALO - Você prognostica uma espécie de renascimento intelectual de Câmara Cascudo. Poderia explicar melhor essa idéia?

G. O. - Um renascimento de Cascudo passa pela reedição das suas obras. E isso é uma coisa tão fundamental para a cultura brasileira que até o governo federal deveria se engajar nesse projeto, multiplicando por milhares as edições de seus principais livros e distribuindo-os nas escolas. Não seria precisa inovar nada. Bastaria seguir os mesmos procedimentos que se dão aos livros chamados paradidáticos, isto é, livros destinados a aumentar a cultura geral

dos estudantes de primeiro e segundo graus das escolas públicas e privadas também. Estes livros são distribuídos às escolas, às bibliotecas, etc., mas ainda não vi nenhum livro de Câmara Cascudo com o selinho do MEC. E olhe que qualquer obra de Cascudo é mais importante do que qualquer um desses *paradidáticos* que andam por aí...

O GALO - Quem mais poderia participar desse projeto?

G. O. - O governo estadual, a prefeitura municipal, a iniciativa privada. Todos os órgãos de cultura. Alguns órgãos de cultura aqui do Rio Grande do Norte já dão um exemplo desse trabalho, editando obras de Cascudo. É o caso da Fundação José Augusto nas duas gestões do jornalista Woden Madruga, e tenho certeza, na sua terceira gestão que começa agora. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande, dirigida pelo historiador Enélio Petrovitch. É o caso também da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Agora é hora da iniciativa privada, através de suas instituições culturais, se engajaram para garantir que as obras de Cascudo se multipliquem e cheguem às novas gerações. As obras de Cascudo precisam ir para as escolas, as bibliotecas públicas.

O GALO - Em sua opinião, a geração atual está lendo mais Cascudo do que as gerações passadas ou não?

G. O. - A geração de agora está lendo mais porque os jornais estão divulgando. É a repercussão que o nome de Cascudo tem lá fora. E se a gente pegar esse embalo e tocar esse barco, projetando a obra de Cascudo, seu nome poderá finalmente se colocar no centro da cultura brasileira do século XX. Lugar onde deveria estar há tempos, e onde espero que finalmente estará muito em breve.

O GALO - Mas isto renderia algum dividendo para o estado?

G. O. - Mas é claro que sim! Cascudo é uma mina de ouro em termos de turismo cultural. Shakespeare morreu há mais de 500 anos. E você vai a Stratford-upon-Avon, na Inglaterra, e vê filas enormes para visitar a casa onde ele viveu. Natal poderia fazer o mesmo com Cascudo, explorando a casa onde viveu, os lugares que frequentou, enfim, aproveitando o turismo em expansão na cidade para associá-lo à cultura num só projeto. E Cascudo, devido à riqueza de sua obra e de sua vida, é uma figura perfeita para ser o carro-chefe desse projeto.

O que caracteriza o jornalismo cultural? como deve ser sua apresentação e sua linguagem? Que relações apresenta com a pós-modernidade? Citando como exemplo de jornalismo cultural o jornal O GALO, Laurence Bittencourt Leite analisa, no texto abaixo, as



instâncias que devem caracterizar essa forma de jornalismo, sem ter de fazer concessões fáceis, por exemplo. Laurence acha que, como a pós-modernidade, o jornalismo cultural deve se apresentar plural, multiforme e variado como a arte de Antônio Nóbrega.

Jornalismo cultural e a pós-modernidade

Laurence Bittencourt Leite

Jornalismo cultural não é fácil de digerir, mas é palatável para quem entende do assunto. Todos os grandes acontecimentos da história, mereceram atenção analítica, descritiva ou factual. Um jornal cultural como "O Galo" é um acontecimento ímpar em nosso meio, mas poucos são os que conseguem digerir os seus artigos. Uns por achá-los difíceis, outros cheios de jargões, outros por acharem algo sem pé nem cabeça. É intelectual, certamente, difícil, claro, mas desde que a nossa humanidade ousou fugir dos babalaôs e catacumbas dos egípcios e babilônios, e começou a formular questões, articular idéias e pensar por si mesma de forma sistemática, que tudo que parece difícil e complicado é isolado como algo não aceito e emblemático. Estou resumindo um volume, obviamente, mas o esforço de entendimento é trabalho mental, o que sempre parece causar dificuldades.

Em seu livro "A ética protestante e o espírito do capitalismo", Max Weber definiu o espírito do capitalismo, o que para ele seria o mundo moderno, social e economicamente falando, um derivativo de Marx, sem ofertar os créditos, naturalmente, com a frase "o máximo de conforto, com o mínimo de esforço". Tocou nas superficiais, mas esqueceu dos escombros desse conforto, que foi melhor entendido e compreendido por Walter Benjamin em vários de seus escritos.

Jornalismo cultural é o nosso tema, e ao nosso ver deve ser tão múltiplo, quanto por exemplo, um artista popular como esse Antônio Nóbrega. O motivo deve-se a diversidade cultural, heterogênea e eclética. Aonde se dá o ponto final, e onde continua a linha que demarca ninguém sabe. O ir em frente sempre foi o moto contínuo em nosso mundo, apesar das paradas, quebras e hiatos.

No entanto, escrever sobre cultura ou temas culturais ainda que de difícil acesso, pode ser salutar, instrutivo e atraente ao leitor médio, uma vez que o entrar na cultura no sentido sociológico foi o que nos pôs para longe dos nossos antepassados mais próximos. E toda contribuição cultural é o que resulta como produto mental do nosso desenvolvimento, seja em que linha ou área do conhecimento humano abordemos. Isso quer dizer que aprendizado, em muito, é fruto de trabalho mental e cultural, ainda que não seja só isso.

Se pegarmos por exemplo, este que é nosso maior orgulho cultural (falo do Rio Grande do Norte), que é



Câmara Cascudo, é imprescindível o aporte instrumental de análises críticas como as empreendidas por Vicente Serejo, Deifilo Gurgel ou Vânia Vico, no "Galo" de dezembro último, para nos explicar como foi que através de um "puxão de orelhas" de Mário de Andrade (o maior incentivador de talentos do país) que o nosso Câmara Cascudo saiu do embalo da rede e passou a ouvir as vozes da rua, "caído das bocas e dos hábitos" populares, produzindo a maior obra de caráter popular do país. Jornalismo cultural é isso e tem esse cunho pedagógico de nos ensinar e prover,

desde que queiramos. É mais uma vez um trabalho de esforço mental.

Escrevi recentemente um artigo para "O Galo" chamado "As pratas da casa. Nossos artistas", com que pretendia dar seguimento em outros números. Mas ao ler o exemplar de dezembro último mencionado, com análises extensas sobre a obra, cartas e dados biográficos do nosso Câmara Cascudo, achei que valeria a pena explorar o tema do jornalismo cultural e que não seria de todo em vão.

Se estamos realmente na era do pós moderno, do multimídia, de "multirecursos estilísticos, gráficos e simbólicos" como disse Delmo Montenegro, também no "Galo" de dezembro, me veio à mente se a pós modernidade já não estaria embricada na modernidade com todo o seu esfacelamento do sujeito humano e de composição literária, e se Mallarmé com sua carga intensa de simbolismo, em vez de iniciar não seria seu ápice.

Na verdade Mallarmé seria uma outra forma de vanguarda muito mais radical que a iniciada por autores que perceberam que a transitoriedade era a nossa marca e não o concreto. Mas o que dizer dos nossos "concretos"? Indago. Seriam eles não modernos ou pós modernos?

Muita gente quis fugir da modernidade que tem como marca registrada a ojeriza a toda forma de uniformidade, se concentrando no fragmento, na desordem formal e estilística, o que abalou de vez a geometrização espiritual e divina (metafísica) de filósofos como Descartes. O enterro se deu com Einstein e sua relativização das coisas e pontos de vistas. Acabou o absoluto. A poesia moderna com sua informalidade sintática só fez seguir as pegadas de Nietzsche quando este percebeu que as Escrituras eram humanas, demasiado humanas. A modernidade e a pós modernidade destruiu certezas, aboliu conceitos e crenças e desmanchou tudo o que era sólido. Criou angústias. Mas em compensação abriu um campo de possibilidades, que talvez, entre nós em particular, ainda não tenha sido percebido de todo e estejam por se concretizarem. É um enigma como tudo o que é moderno. Mas, sem dúvida, contribui para retirar a camisa de força que havia sido posto na criatividade humana à partir do século V, ainda que com surtos ou retrocessos nem sempre ocasionais.

Jornalismo cultural e a pós modernidade podem ser chatos, mas é um prazer para quem sabe degustá-los, até mesmo para aqueles que se dizem diletantes.

Laurence Bittencourt Leite é jornalista e escritor

DESENCONTROS

Ana C. Cavalcanti Tinoco

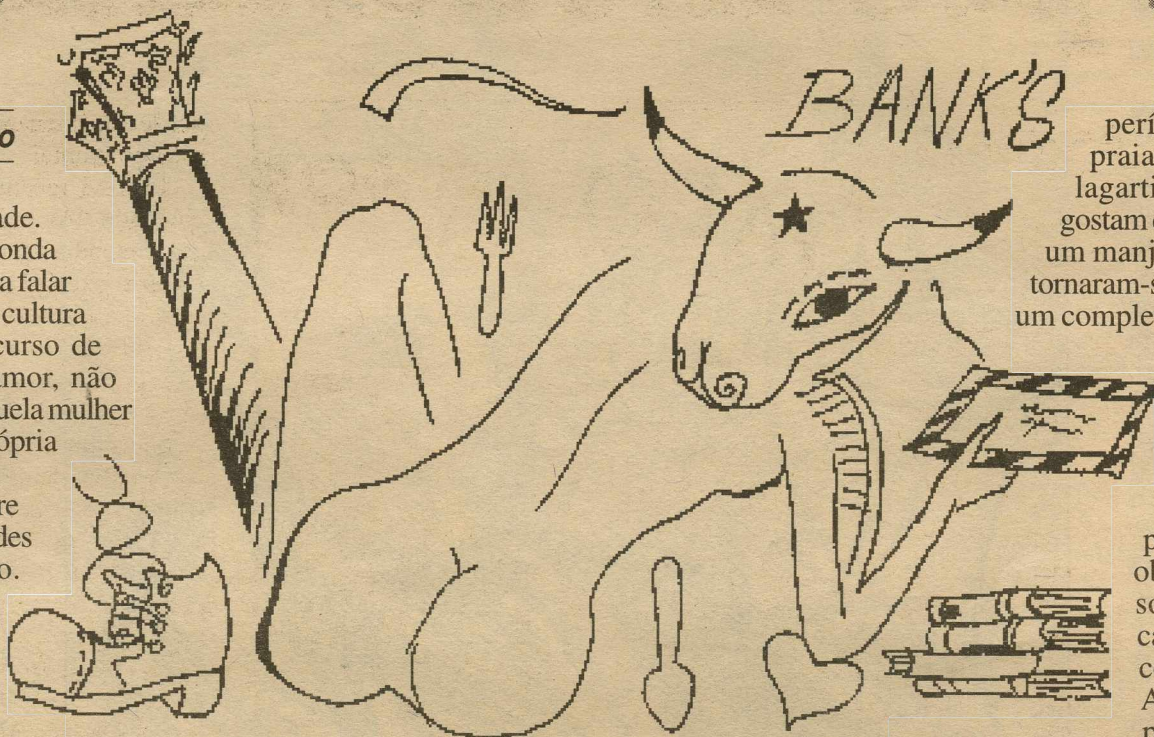
Conheceram-se na Universidade. Ela monitora de Antropologia, redonda e radiante aos 6 meses de gravidez, a falar sobre a importância da vaca para a cultura hindu. Ele, recém iniciado no curso de jornalismo e nos mistérios do amor, não conseguia entender a atração por aquela mulher madura, tão envolvida com sua própria felicidade doméstica.

Nos trabalhos em grupo, sempre muitas dúvidas e novas oportunidades para um contato mais próximo. Como era agradável conversar com ela. Seu cheiro, algo misto de terra molhada depois da chuva e tangerinas, reportava-o às férias escolares na fazenda do avô, quando subia nas árvores e escondia-se para ver as meninas tomar banho ao pé da cacimba.

Mas a vida seguia em círculos tal qual rodagigante. Às vezes com fatos sucedendo-se com tamanha velocidade, causando frenesi no estômago; outras vezes estacionando no ponto culminante donde era possível perceber toda a amplitude do horizonte. Nestes momentos, inebriado pelas alturas, percebia as limitações impostas pelas convenções sociais, relegava-as e vivia, na imaginação, sua grande paixão por aquela mulher tão distante. Nas súbitas descidas, orgasmos vertiginosos com as fantasias dos possíveis momentos de amor. Mas na morosidade da subida concluía quão inacessível era aquela paixão.

Anos sucedem-se. Curso prestes a ser concluído e nova oportunidade para estagiar. Desta feita num grande banco de desenvolvimento regional. No 1º dia, ao ser apresentado aos novos companheiros do Departamento de Documentação e Informação, descobre que ela é a coordenadora do setor. Como a vida dá voltas!

Novos confrontos, novas palpitações. Como estava mudada! As marcas do tempo começavam a evidenciar-se, mas seu corpo franzino e bem delineado, agora sem os vestígios da gravidez, denunciava toda a exuberância de uma fruta madura. Talvez uma suculenta pêra por seus quadris arredondados ou um dulcíssimo sapoti pelo marrom da pele. Como iria suportar conviver com aquela



situação e não externar sua velha paixão que agora sentia reacender-se?

Analú lembrava-se dele. Claro, como iria esquecer-lo? Era aquele cara que sempre fazia-se de desentendido para que ela ajudasse nos trabalhos em grupo. Sentia por isso, algo indecifrável. Não sabia se era raiva por imaginar-se explorada em sua condição de monitora ou constrangimento por perceber seu olhar de desejo, independente da sua condição de grávida. Como poderia esquecer seu cheiro de formiga vermelha esmagada? Era tão forte que às vezes ficava sufocada. Não conseguia definir se era incômodo, agradável ou apenas diferente. Que coincidência encontrá-lo novamente. E, a bem da verdade, estava bem mudado. Seu jeito desleixado fôra substituído por uma maneira casual de se vestir. Jeans clássico, de boa qualidade, camisa bem cortada em tecido discreto. Sapatos em bom estado, meias combinando com camisa e surpresa total: unhas cortadas e limpas. De imediato lembrou-se da ocasião em que acidentalmente ele feriu sua mão com a unha ao tentar pegar ao mesmo tempo que ela, o livro que caíra ao chão. O arranhão ficou infeccionado por uma semana. Decididamente, naquela época ele era mais selvagem que civilizado. Balançou a cabeça levemente como se quisesse espantar as recordações e sorriu ao lhe estender a mão num aperto de boas vindas. Realmente estava mudado!

Seis meses passaram-se rapidamente. Janeiro,

período onde todos correm às praia em busca de sol, tal qual lagartixas velhas, é, para os que gostam da paz dos expedientes vazios, um manjar dos deuses. Analú e Elias tornaram-se grandes amigos, desses que um complementa o que o outro começa, conclui frases, adivinha pensamentos.

Sexta-feira, 18:50. prestes a encerrar o turno, ele chega até Analú e pergunta sobre a remessa dos relatórios para as outras agências. Ela observa o brilho no olhar, o sorriso nos lábios. Seu jeito cansado e a barba por fazer lhe confere um aspecto especial. Atrás dela, pilhas de balancetes patrimoniais, manuais de serviços e planejamentos

estratégicos aguardavam sua vez de serem selecionados e remetidos.

Ao percebê-lo em sua direção, ela recua como se estivesse defendendo-se de uma força magnética invisível mas esbarra nas publicações empilhadas derrubando-as e caindo sobre elas. Ao ver o incidente ele propõe-se a segurá-la mas desequilibra-se e cai sobre ela.

Entre risadas, a descoberta do contato agradável pele a pele. Entre o ridículo das quedas, a proximidade dos corpos, os cheiros misturando-se, os olhos encontrando-se sem desvios, as bocas aproximando-se. Entre relatórios e publicações técnicas uma paixão antiga consuma-se. Um amor-botão desabrocha.

Segunda-feira, 7:30 da manhã. Luzia entra na sala com seu material de limpeza. Tem a manhã inteira para preparar o setor. É dia da faxina mensal. Percebe que realmente gastará o tempo disponível tal a situação que encontra-se a sala. Parece até que houve uma guerra, pensa consigo mesma. Antes de começar o trabalho, coloca a correspondência no birô de Analú. Olha com atenção a excentricidade do selo. Bonito selo da Bélgica. Não imagina Luzia que aquela correspondência, uma resposta positiva do Programa de Mestrado em Sociologia, seria o novo motivo para mais um desencontro.

Cristina Cavalcanti Tinoco é bibliotecária.

Kappus

Viareggio, perto de Pisa (Itália), 23 de abril de 1903



A poetisa Maria Lúcia Brandão coletou excertos da prosa de Rilke e compôs com eles um credo poético e existencial do famoso poeta tcheco de expressão alemã. A publicação vai a título de homenagem à poetisa, precocemente desaparecida no fim do ano passado.

Maria Lúcia de Oliveira Brandão

Colaboradora

Meu caro Kappus

“Decorreu muito tempo desde que recebi a sua última carta. Não guardo rancor por isso; trabalho, incômodos e indisposições, impediram-me sucessivamente de dar-lhe resposta. Queria que esta lhe viesse de dias tranquilos e bons.

Ninguém o pode aconselhar ou ajudar, ninguém. Não há senão um caminho. Procure entrar em si mesmo. Procure, como se fosse o primeiro homem, dizer o que vê, vive, ama e perde. Não escreva poesias de amor, é precisamente nas coisas mais profundas e importantes que estamos indizivelmente sós.

As obras de arte são de uma infinita solidão, nada as pode alcançar, tampouco a crítica. Só o amor as pode compreender e manter e mostrar-se justo com elas.

Mesmo que se engane, o desenvolvimento natural de vida interior há de conduzi-lo devagar e com tempo a outra compreensão. O verão há de vir. Mas virá só para os pacientes, que aguardam num grande silêncio intrépido, como se diante deles estivesse a eternidade. Aprendo-o diariamente no meio de dores a que sou agradecido: a paciência é tudo. Não busque por enquanto respostas que não lhe podem ser dadas, porque não as poderia viver. Viva por enquanto as perguntas. Talvez depois, aos poucos, sem que o perceba, num dia longínquo, consiga viver a resposta. A carne é um peso difícil de se carregar. Mas é difícil o que nos incumbiram, quase tudo é grave e difícil: e tudo é grave. Não se deixe iludir pela multiplicidade dos nomes ou pela complicação dos casos.

Não se deixe enganar pela superfície - nas profundezas tudo se torna lei. Por toda a parte as coisas são assim. Mas isto não é motivo de angústia ou tristeza, procure ficar perto das coisas que o abandonarão. Sabemos pouca coisa, mas que temos de nos agarrar ao difícil. Quem examina a questão com seriedade, acha que a morte, que é difícil,

Rilke em Moscou - Desenho de Leonid Pasternak (Apud *Cartas a um jovem poeta*, da Editora Globo)



também para o amor não foi encontrada até hoje uma luz, uma solução, um aceno, um caminho... como as tristezas que levamos por entre os homens para abafar a voz. Como as doenças tratadas superficialmente e a toa, elas se escondem e, depois de leve pausa, irromper muito mais terríveis. Juntam-se no fundo da alma e formam uma vida não vivida. Facilmente nos poderiam fazer crer que nada aconteceu, no entanto, ficamos transformados, como se transforma uma casa em que entra um hóspede.

Não é a apenas a preguiça que faz as relações humanas se repetirem numa indizível monotonia em cada caso, é também o medo de algum acontecimento novo, incalculável, frente ao qual não

nos sentimos bastantes fortes. Também não se deve assustar, caro Sr. Kappus, se uma tristeza se levantar na sua frente, tão grande como nunca se viu; se uma inquietação lhe passar pelas mãos e por todas as ações como uma ou sombra de uma nuvem.

O grandioso não foi aquilo que pensa ter cumprido, mas o fato de já ter existido algo que o senhor pode colocar em lugar daquele engano, algo real e verdadeiro.

Acredite-me, a vida tem razão em todos os casos. A arte também é apenas uma maneira de viver. A gente pode preparar-se para ela sem saber, vivendo de qualquer forma. Em tudo o que é verdadeiro, está-se mais perto dela do que nas falsas profissões meio-artísticas. Talvez um dia seja possível, ame a sua solidão e carregue com queixas harmoniosas a dor que ela causa. Seja bom com os ficam atrás, mostre-se-lhes calmo e sereno sem os atormentar com suas dúvidas, nem os assustar com uma confiança ou alegria que eles não poderão compreender.

Eis tudo o que posso dizer hoje, caro Sr. Kappus. Mando-lhe, porém, ao mesmo tempo, uma separata com uma pequena poesia, publicada agora no *Deutsche Arbeit*, de Praga. Aí eu continuo a falar-lhe da vida e da morte, e dizendo-lhe que ambas são grandes e esplêndidas.”

Seu
Rainer Maria Rilke

(*) Fragmentos retirados de dez cartas que Rainer Maria Rilke enviou a Franz Xavier Kappus entre 1903 e 1908, traduzidas por Paulo Rónai. No prefácio de Cecília Meireles ela acentua os conselhos de Rilke ao jovem poeta: “escrever só por absoluta necessidade, evitar temas sentimentais e formas comuns, escolher as sugestões oferecidas pelo ambiente, a imaginação e a memória, não dar importância aos críticos, não ler tratados de estilo”. Estamos portanto na contramão. (Maria Lúcia de Oliveira Brandão)

Maria Lúcia de Oliveira Brandão, natalense, escreveu *Chocolate Amargo* e *Circo de Papel*, e deixou contribuições na imprensa cultural norte-rio-grandense. Morreu em 1998.

Diálogos eletivos

(Impressões de uma viagem à Itália)

Nelson Patriota

Quebrar as barreiras geográficas e culturais que separam o primeiro mundo do mundo em desenvolvimento é um desafio no horizonte dos artistas do Terceiro Mundo. Nas duas primeiras semanas de dezembro do ano passado, um grupo de artistas norte-rio-grandenses viveu na pele os problemas e as gratificações proporcionadas pelo contato com italianos das regiões das Marcas e do Lácio, tentando alargar as trocas de informações culturais e cobrir o hiato que separa essas duas culturas. A iniciativa foi possibilitada pelo Comites, - Comitê dos Italianos no Exterior - circunscrição consular de Recife-PE, e Produção Cultural Babilônia, e teve o apoio empresarial da Autobraz e a da senhora Cândida Bezerra. Participaram da iniciativa pioneira os músicos Pedro Mendes, Ricardo Meneses e Carlos Zens, e os fotógrafos Jonas Canindé e Zildalte. O editor de O GALO, Nelson Patriota, e sua mulher Maria Divanice de Oliveira, integraram a comitiva natalense na condição de convidados do projeto.

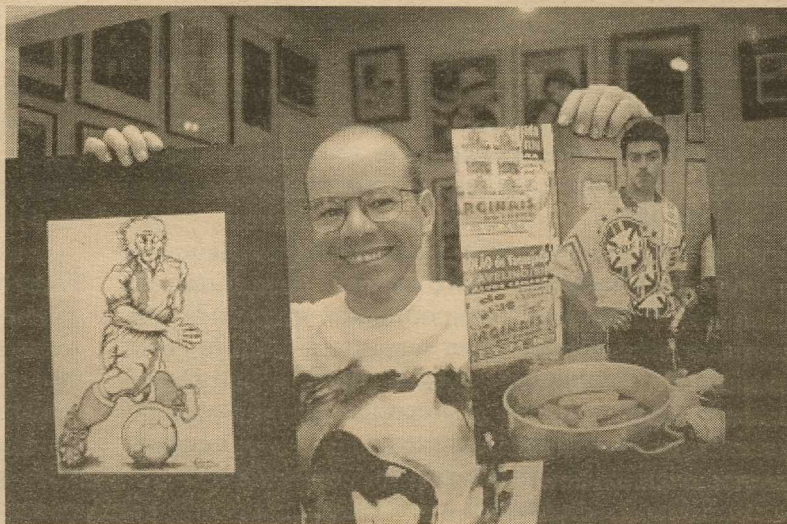
A turnê teve início na cidade de Loreto, na região das Marcas, onde a comitiva foi recebida pela família Capodaglio - Maria Luisa, Andrea e Romulo - que providenciou hospedagem, transporte e alimentação para todos, em Loreto, e ainda intermediou os contatos com as autoridades da cidade, revelando-se anfitriões inestimáveis, e proporcionando a todo o grupo um confortável clima de bem-estar muito próximo à idéia que fazemos do ambiente familiar quando dele nos afastamos.

Loreto é um dos três mais importantes santuários cristãos da Europa, juntamente com Lourdes, na França, e Fátima, em Portugal. A famosa Basílica de Loreto, um dos pontos máximos do turismo devocional europeu, está intimamente ligada à história das Cruzadas. Presume-se que sua construção data de 1294, e que a Santa Casa de Loreto, abrigada no interior da basílica, teria sido transportada, conforme reza a lenda, miraculosamente por mar da remota Nazaré palestina, pelos cruzados. Entre outras atrações da Basílica, destaca-se a cobertura de mármore que adorna a Santa Casa de Nazaré. A concepção foi de Bramante e foi



No alto, o jornalista Nelson Patriota entrevista o adido cultural do Brasil na Itália, Sérgio de Paula Castro. Abaixo, à direita, Ayres Marques entrega o Troféu Cascudinho conferido ao jornal cultural O GALO. À esquerda, pátio da Basílica de Loreto, Itália.

construída por famosos artistas da sua época. Os baixos-relevos representam episódios da vida da Virgem Maria entre profetas e sibilas. A praça que cerca a basílica abriga ainda o Palácio Apostólico, projetado também por Bramante. Hoje ele serve como museu-galeria, onde encontram-se, entre outros, oito obras de Lotto. Da Basílica, se descortina a luxuriante paisagem encimada pelo monte Cônero, serpenteado por pequenas aldeias ligadas por moderníssimas auto-estradas...



Ayres Marques organizou a mostra Onze X Onze, levada à Itália

Fotos: Jonas Canindé

Com pouco mais de 10 mil habitantes Loreto é, no entanto, uma cidade moderna, do ponto de vista urbano, haja vista sua proximidade a Roma (cerca de 300 km). Dispõe de bons hotéis e uma rede de serviços extremamente qualificados, e que é demandada especialmente no dia 8 de dezembro, quando se comemora em toda a Itália, mas especialmente em Loreto, o dia de Nossa Senhora de Loreto, padroeira da cidade. A imagem é de cedro, por isso a santa é conhecida como a *Madonna Nera*, isto é, a Madona Negra, haja vista que o cedro é uma madeira escura própria do Oriente Médio.

As festividades religiosas e populares se estendem até o dia dez de dezembro. Neste dia, a prefeitura comemora o aniversário da cidade e realiza, como parte do calendário cultural e turístico do evento, a Bienal Internacional de Fotografia que, este ano, contou com a participação do Brasil (Natal, pela terceira vez).

Estava prevista as participações de fotógrafos de Altöning (Alemanha) e Czestochowa (Polônia), mas eles ficaram ausentes da competição fotográfica. Natal foi representada por trabalhos dos fotógrafos Ana Cláudia B. P. de Macêdo, Alfredo Giacometti, Ana Maria B. Guerra, Ayres Marques, Cláudio Marques, Dário Paiva de Macedo, Fernando Pereira de Souza, Francisco Canindé C. dos Santos, Gustavo Porpino de Araújo, Helena Beatriz Kup P. Silva, Ivanês Lopes, Jonas Canindé Ribeiro C. Barros, José Carlos da Silva, José Lamunier M. de Oliveira,

Juakim A. Filho, Lenilton de Sousa Lima, Luís Benício Tavares Siqueira, Marco Polo A. F. Veras, Natalie Bernardo da Câmara, Mary Land de Brito Silva, Nilson Moraes, Paulo Roberto F. de Oliveira, Richardson Barbosa de Sant'Anna, Rosa Maria S. Maciel, Selma Maria e Sá Bezerra, Tetotônio José Roque, Wallace Alexandre Costa, Zildalte Macêdo Canindé de Barros. Os fotógrafos brasileiros concorreram na modalidade "Estrangeiro", tendo sido premiados os trabalhos "Barcos", de Richardson Sant'Anna; "Homem", de Dario Paiva de Macedo, "Futebol em Mãe Luíza", de Ayres Marques e "Vaquejada", de Gustavo Porpino de Araújo.

Em Ricanati, cidade vizinha a Loreto, o grupo visitou a Casa de Leopardi, um dos grandes poetas da Itália, nascido no séc. XIX.

FUTEBOL & MPB

Mas as artes plásticas natalenses se fizeram também presentes à exposição internacional de fotografia de Loreto, através da mostra 11 x 11, um conjunto de onze fotos de Ayres Marques e de igual número de desenhos de Falves Silva retratando imagens do futebol, esporte que contagia multidões tanto no Brasil como na Itália. A popularidade de Ronaldinho na Itália é emblemática dessa paixão comum. A mostra aconteceu na sala de eventos da comuna de Loreto, um espaço amplo, elevado, situado nas proximidades da famosa Catedral da cidade, que dá para uma paisagem de rara beleza, de onde se podem divisar pequenas colinas apinhadas de vilas e cortadas por auto-estradas.

A par da exposição 11 x 11 e simultaneamente aos eventos relacionados à Bienal de Fotografia, os músicos Pedro Mendes, Ricardo Meneses e Carlos Zens cumpriram uma agenda variada de shows, ainda na região das Marcas. Os shows aconteceram no bar Strabacco, em Ancona, capital da região; no Bar Pioggio, na cidade do mesmo nome, e em Loreto, no centro comunal. Todos esses shows serviram para comprovar que a música popular brasileira goza de grande popularidade na Itália, uma vez que o próprio público não deixava

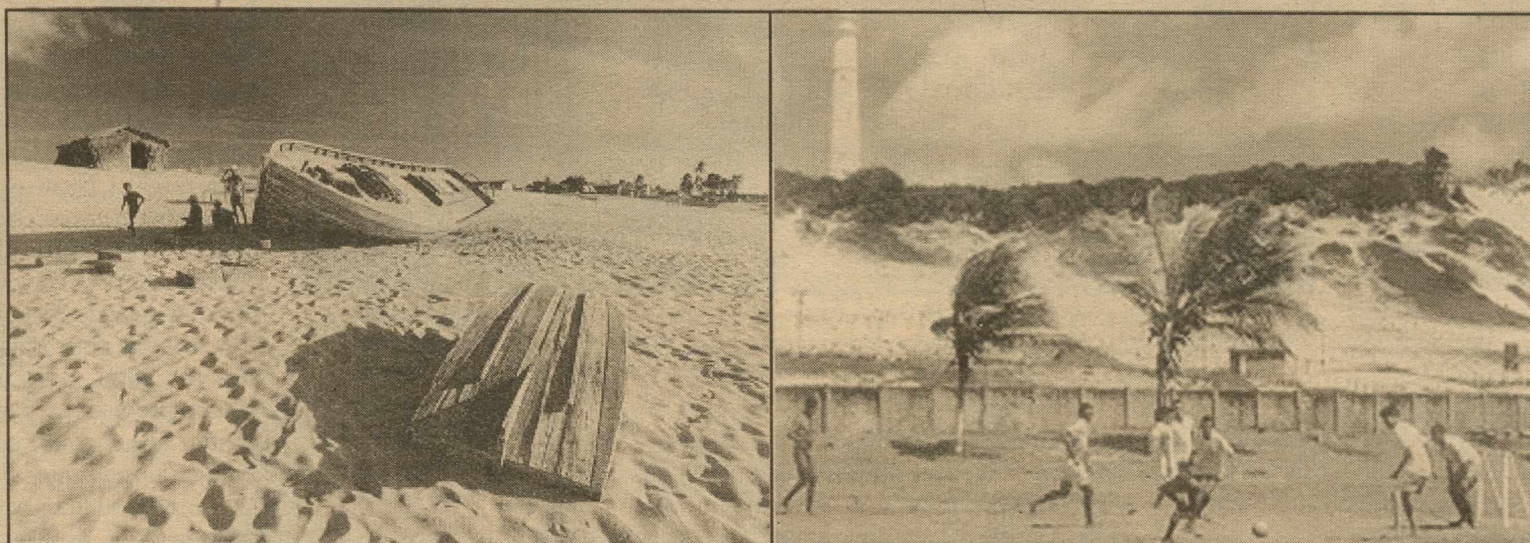
de pedir aos artistas natalenses que tocassem sucessos musicais de Caetano Veloso, Tom Jobim e Chico Buarque, mas também de novos nomes da nossa música popular, como Chico César, Lulu Santos, Lenine e outros. Pedro Mendes tornou muito popular sua música "Ancona", feita anos atrás em homenagem à cidade que o acolheu em 1991. As músicas interpretadas por Carlos Zens na flauta e acompanhadas ao violão por Ricardo Meneses, incluindo clássicos da MPB e também aquelas registradas em seu disco "Potiguara" foram muito apreciadas pelo público. Graças a isso, o artista vendeu várias unidades do seu CD durante os shows. Ao encerrar a temporada em Loreto, os músicos foram agraciados com um troféu ofertado pela comuna da cidade, em reconhecimento ao trabalho que eles fizeram de aproximação entre as cidades de Natal e Loreto.

A segunda semana italiana começou para os músicos natalenses na cidade de Ímola, onde eles se juntaram a Rogério Tavares, músico natalense que trabalha há dez anos na Itália, e realizaram apresentações conjuntas. Fizeram também importantes contatos com empresários italianos, graças ao que já estudam a hipótese de voltar à Itália num próximo evento do Comites/Produção Cultural

Babilônia, previsto para junho de 1999, conforme adiantou seu presidente, Ayres Marques, grande incentivador do intercâmbio Natal/Itália.

Nessa temporada, a mostra itinerante 11 x 11 foi montada na Biblioteca da Vila Mercedes, no bairro de San Lorenzo, famoso por abrigar a Cidade Universitária de Roma. A mostra ficou dois dias à disposição dos estudantes e frequentadores da biblioteca, e despertou a curiosidade de muitos visitantes. O diretor-chefe da biblioteca, Massimo Converso, elogiou a qualidade dos trabalhos e revelou a esperança de que projetos como esses se multipliquem a fim de quebrar os preconceitos que obstruem as relações Itália-Brasil. A professora Carmen Minieri, da Fundação Vila Mercedes, salientou que seus alunos - crianças de oito anos - se mostraram encantados com a variedade dos movimentos imprimidos por Falves Silva aos desenhos retratando cenas do futebol.

A Biblioteca da Vila Mercedes é composta de um acervo de 20 mil livros, entre obras infanto-juvenis e adultas, abrangendo campos como literatura, ciências humanas, etc. Autores brasileiros, como João Guimarães Rosa, Clarice Lispector, Antonio Callado, Jorge Amado estão à disposição dos leitores, em traduções para o italiano.



As fotos "Barcos" (Esq.), de Richardson Santana, e "Futebol", de Ayres Marques, foram premiadas no concurso fotográfico de Loreto

DOIS JUBILEUS

Em Roma, o jornalista Nelson Patriota teve uma audiência com o diplomata Sérgio de Paula Castro, adido cultural da Embaixada do Brasil, quando pôde colher impressões animadoras do diplomata sobre o projeto de intercâmbio tocado pelo Comites/Babilônia. De acordo com Sérgio Paula Castro, iniciativas como as lançadas pelo Comites/Babilônia merecem todo o apoio da Embaixada do Brasil, uma vez que se somam àquelas empreendidas pelos organismos oficiais brasileiros. Paula Castro salienta que o povo italiano é muito receptivo às coisas do Brasil, e quem pensa que isso se resume a mulatas seminuas, carnaval e futebol está enganado. Garante ele que a música popular brasileira é hoje a terceira mais tocada no país, ficando atrás apenas das músicas italiana e norte-americana. O diplomata reconhece que, apesar disso, o Brasil vive uma situação paradoxal na visão dos italianos: tem estereótipos positivos, como a

beleza de suas praias, a graça de suas mulheres, a simpatia de seu povo e de sua música, etc., mas também estereótipos negativos, como os meninos de ruas, a violência urbana, a desigualdade social, entre outros. O trabalho da Embaixada do Brasil, de acordo com Sérgio de Paula Castro, é mostrar que o nosso país é mais do que isso, é um país que desenvolve importantes atividades artísticas e culturais, e que, por isso, não merece ser estereotipado de forma estreita e unívoca.

Além da promoção rotineira de exposições na Galeria Cândido Portinari, anexo da embaixada, e do ensino regular de língua portuguesa, que atende uma média de 300 alunos por semestre, Sérgio de Paula Castro adiantou que a Embaixada do Brasil já está começando a trabalhar no projeto dos 500 anos do Descobrimento, que acontecerão no ano 2000, quando planeja realizar vários grandes eventos relativos à efeméride nos principais países europeus. Ele comenta

que as comemorações do Descobrimento vão coincidir com o grande jubileu de dois milênios de evangelização, evento que já começa a mobilizar a Igreja Católica em todo o mundo, e particularmente na Itália, fato que poderá empanar parte do brilho da festa do Descobrimento na Europa, mas que de modo algum afetará o ânimo dos responsáveis pela comemoração.

Exposição - Os fotógrafos Jonas Canindé e Zildalte Macedo cobriram os principais eventos realizados nas Marcas, em Roma e também nas cidades de Florença e Veneza, e devido ao grande número de fotos documentando a turnê natalense planejam realizar, em breve, uma exposição temática sobre o evento.

A moça do sangue azul

Manoel Marques da Silva Filho

A velhice não conseguiu dominá-la, abate-la. Uma força interior a mantinha ainda com muita determinação. Um achaque aqui, uma dor na coluna acolá, algum momento de cansaço, mas a vida continuava para aquela mulher solitária e decidida, de conversa curta.

Os devaneios construídos em uma ambição de nobreza, nortearam a vida de Socorro, de forma renitente, até chegar à maturidade e agora nas vias da senectude.

Moça rica, filha de um senhor de engenho do vale do Mipibu, viveu uma juventude de opulência e poder, o que atribuiu à sua personalidade uma arrogância visível, ar de superioridade ridículo, face à forma infantil de torcer o nariz e retorcer o pescoço para o alto, procurando mostrar em si a dama de sangue azul, diante da qual, abaixo dos seus pés ficavam os mortais, os comuns.

Ainda na vida do engenho, o gesto despertava respeito por parte das pessoas agregadas às suas propriedades, submetidas integralmente a um poder estabelecido no decorrer de tantas gerações, dos Coronéis. Depois das viradas da vida, das residências em diversos lugares, o gesto continuou, sem a noção do ridículo ser observada.

Aos dezesseis anos e com uma beleza inegável, apaixonou-se por José, pequeno bodegueiro agregado ao engenho. Foi amor profundo que brotou do peito de ambos, estancado, no entanto, pela suprema ambição de Socorro, por um casamento nobre, onde ela determinou-se a buscar um sangue azul, o mais azul que fosse possível.

Não descartou José, mas o acautelou de que deveriam fingir nada haver entre si, pois as conveniências de família não admitiam um casamento entre ambos. E, verdade seja dita, não haveria qualquer concordância familiar, principalmente porque, tirando a natural distância econômica, a sua mãe, dona Mercês, pensava mais que a própria Socorro nesse encontro de sangue azul. Descobrirá, há alguns anos, serem aparentados com o Conde do Rio Verde, que residiu em alguma localidade do antigo reino de Portugal.

Não era Conde nem barão feito nas cortes coloniais, como barõesinhos provincianos metidos a cantar de galo em terreiro grande. Era Conde da própria corte, da nobreza autêntica de Portugal.

Assim, foi intensa e incessante a busca do sangue azul, em terra em que tal atributo era tão raro. Afinal,

confabulavam, os reis e os nobres devem desconsiderar quaisquer sentimentos em nome da preservação das suas nobrezas, da manutenção da estirpe...

Amou profundamente José, em silêncio, vez por outra o convencendo a uma espera por ela própria desejada pelo lado do amor, mas jamais admitida pela sua ideologia de nobreza.

José, por sua vez foi crescendo no comércio. Primeiro, depois de amearhar com muito esforço alguns valores, montou uma padaria em Parnamirim, ficando o seu pai, Afonso, cuidando da bodega nas cercanias do engenho. Pouco tempo depois montou outra padaria em Natal, e mais outra. Montou mercadinhos bem organizados, que precederam os arrojados supermercados. Comprou e construiu casas diversas para alugar, postos de venda em atacado, e outros e outros bens. Ficara rico.

Mesmo rico não tirava o pensamento de Socorro. Será que sangue de rico pode tomar tonalidade azul?

Procurou Socorro, que ainda o amava mais do que tudo, e, no entanto continuava, já aos vinte e cinco anos a procurar um nobre autêntico. Ponderou triste sobre a dificuldade da família aceitar um filho de carvoeiro, por mais rico que fosse. Ora, aquele sangue jamais seria azul...

Por esses anos o engenho caiu em desgraça. A crise colocava o preço dos produtos ali produzidos à valores ridículos. Reclamaram da política nefasta da recente República, que não protegia aos nobres senhores de engenho.

O engenho foi à falência e leiloadado de forma inflexível pelo Banco, para cobrir débitos de empréstimos feitos.

Veio a família pobre e humilhada para Natal. Do que sobrou deu para sobreviver de forma modesta, com Socorro sempre a procurar a salvação de tudo em um nobre de sangue azul, fidalgo pomposo, não belo e amado como José, mas bastando para si a cor do sangue.

Enquanto isso, José tomava gosto pelas facilidades do dinheiro, viajava, vivia a vida



freqüentando altas rodas, aos hotéis chiques, até casar com uma abastada filha de comerciante, no Recife, que não cobrou de si a cor do sangue e de quebra triplicou seus bens.

Socorro irou-se com o casamento de José. Já se viu, filho de carvoeiro ousar romper uma espera que no mínimo lhe dava um tantinho de esperança, caso as possibilidades do sangue azul fossem descartadas por completo! Irou-se e o chamou de ingrato, ela que tivera a piedade de amar um filho de carvoeiro.

Hoje Socorro, ou Dona Socorro, enverga o peso dos noventa janeiros sem encontrar o tão sonhado sangue azul. Com o vigor dos de sua condição torce o nariz e retorpe o pescoço ao alto, cumprimentando por caridade ao seu vizinho, o contador Paulo, e à sua esposa Dona Nicinha, na sua vida de solteirona e solitária, residindo em casinha modesta mas muito digna, que a vida reservou para a sua nobre pessoa, a caminhar nas veredas da senectude, para uma morte não distante, mas a pisar sempre firme como os da estirpe do Conde do Rio Verde, da autêntica corte do reino de Portugal.

Manoel Marques da Silva Filho é contista e romancista nordestino-grandense.

Cio das eras

A vida é um vento
que passa ao largo.
A morte é uma taça
de lêvedo amargo.

A vida é a dourada
volúpia das feras.
A morte, o que resta
do cio das eras.

A vida é um salto
da ponta da esarpa.
A morte, a ruptura
das cordas da harpa.

A vida é uma história
que não se repete.
A morte, a nudez
que de nada se veste.

Dona do seio

O que tinha de vir não veio.
Só o vento bate de cheio
no rosto do meu devaneio.

Foi-se a dona do seio
mais belo do meu pastoreio.
Ou me afogo ou me
incendeio.

Quem ama sem receio
bonito lhe parece o feio
com direito a galanteio.

Onde estou não me leio.
As águas correm do veio
para um campo de centeio.

Vinho do Porto

A vida é um sonho
distante do corpo.
Um sonho que se move

fora da realidade.
Sonho que se projeta
fora do nosso corpo.

É como beber um vinho
sabendo que é vinho verde
mas não é vinho do porto.

Poema banal

Morrer não tem sentido
melhor se não tivesse.

Morrer é acordar a alma
quando o corpo adormece.

Morrer é tão cafona
morrer é tão banal.

Morrer de tantas formas
morrendo tão igual.

Morrer é fugir do centro
sair do espaço e estar dentro.

Morrer não faz parte
do sonho nem da arte.

Se tiver de partir, parto
no relâmpago do infarto.



Francisco Carvalho

“Francisco Carvalho ainda não foi reconhecido como o grande poeta que é. Melhor seria que o presente já tivesse feito o julgamento de sua grandeza, e esse conhecimento não ficasse para o futuro, ao filtro do tempo. Senhor de todos os temas, de todas as formas, a poesia para ele é como o ar que se respira, essencial e necessária como a vida, avassaladora e torrencial. Sem favor nenhum, e por dever de justiça, deve ser colado ao lado de João Cabral de Melo Neto e Ledo Ivo, formando a trindade da mais alta poesia brasileira dos dias atuais”

Luís Carlos Guimarães

Maneiras 30/6/99

A Estética da Exclusão

“Quando víamos um pedinte, por exemplo, nos indignávamos. Agora, a mesma cena nos causa apenas um leve desejo de contemplação. Estamos, em síntese, sendo educados esteticamente para conviver com a exclusão”.

Kandinsky



Trabalhos de Wassily Kandinsky, *Apud* “Das grosse Lexikon der Malerei”, Munique, 1982. Nesta página, “Composição”; na página seguinte, detalhes do quadro “Divisão-idade”, e na página 23, outro detalhe de “Divisão-Idade”, invertido.

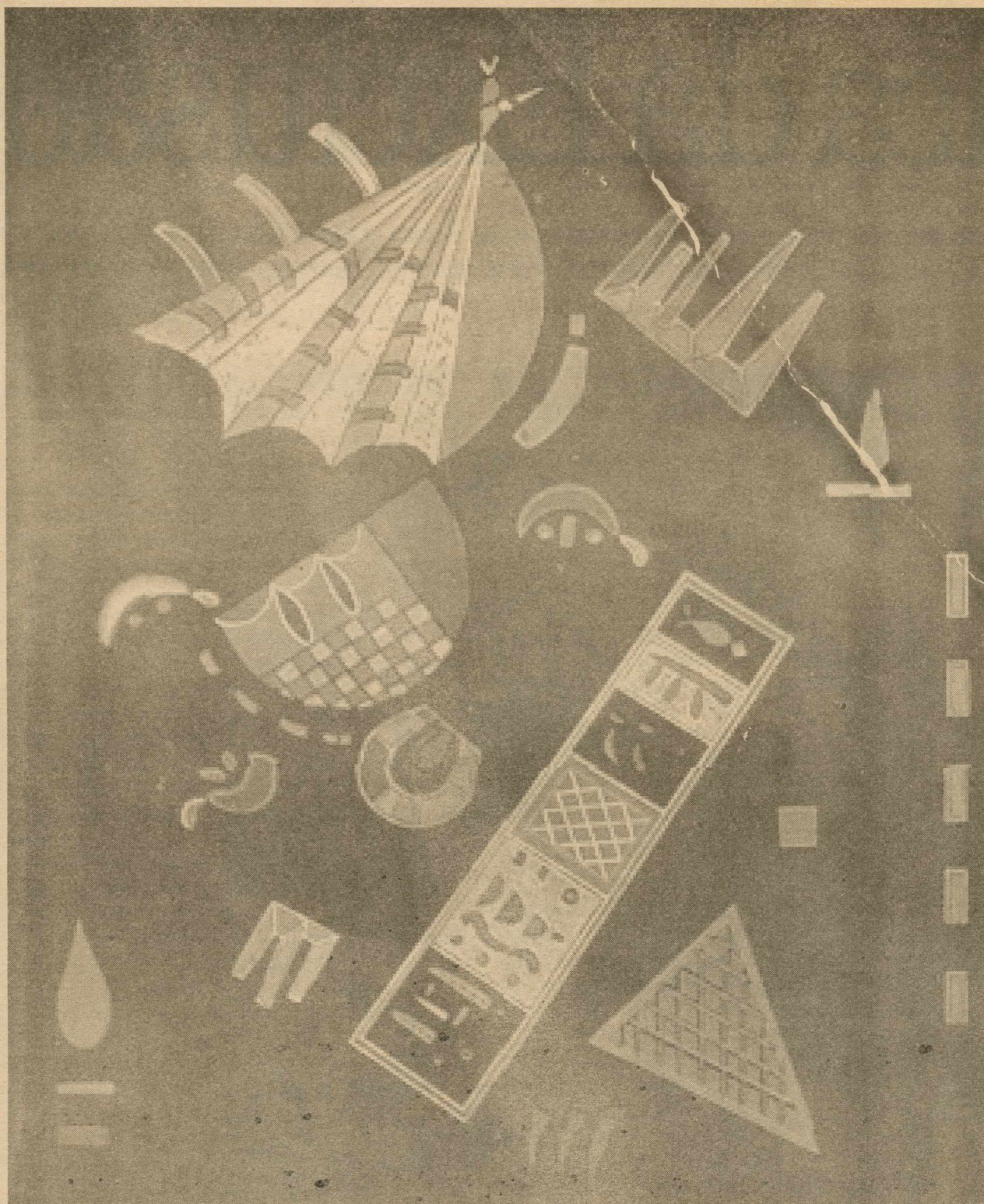
Ivanaldo Oliveira dos S. Filho

A idéia do belo não conserva sua transcendência em si mesma, isto é, ela se concretiza e se especifica em modelos determinados. A partir dessa constatação pode-se muito bem se fazer duas importantes observações. A primeira é que existe uma estética dos sentidos, pois pode-se falar em “arte dos perfumes”, “arte de cozinhar”, “arte de amar” e outras mais. A segunda é com relação a palavra *arte*, pois ela pode designar um termo técnico, ou seja, um saber fazer. Tal como a expressão “arte da esgrima”, “arte da pescaria” e “arte da medicina”.

De posse dessas duas observações podemos inserir um outro tipo de postura estética a qual chamaremos de estética da exclusão, pois ela é ao mesmo tempo uma construção dos sentidos referente ao belo e também um termo técnico referente a uma série de questões econômicas e sociais. Mas, não seria um contra-senso falar em estética da exclusão, quando a própria exclusão é algo desprovido de caracteres estéticos?

Para responder a essa objeção desenvolveremos três argumentos que iram esclarecer essa questão. O primeiro argumento é referente ao próprio cotidiano, pois é bastante conhecido os programas de televisão, rádio e jornais; os quais mostram imagens que retratam a miséria como sendo algo

belo, e por conseguinte, algo que proporciona prazer ao nível dos sentidos. As cenas de populações inteiras morrendo de fome e sede em países como Sudão e Moçambique, a seca no nordeste brasileiro com suas bem conhecidas consequências são exemplo típicos de uma estética da exclusão, pois nessas cenas o importante não é transformar a realidade ou simplesmente resolver um problema imediato de falta de algum gênero alimentício, porém é necessário prender a atenção do espectador para poder alimentar a chamada indústria da mídia a qual precisa de constantes e extravagantes manchetes para poder manter tanto os seus vantajosos lucros como também o patrocínio dos grandes grupos econômicos. Neste caso a palavra *estética* está



sendo usada como um termo técnico, ou seja, a *estética da exclusão* é um componente técnico dentro de uma ampla rede de informação jornalística e operações financeiras.

O segundo argumento é denominado: gosto estético. "Há gostos estéticos que são inerentes a uma determinada época, mas não tem disso consciência e, por isso, absolutizam uma idéia do belo" (DUFRENNE, p. 37). Por exemplo: os romanos gostavam de assistir a luta de gladiadores nas arenas, do mesmo modo a burguesia francesa no século XVII gostava de recitar poesias ao redor de um piano e a aristocracia inglesa nos séculos XVIII e XIX gostava de caçar índios em suas colônias na Ásia e África. Nesses três exemplos há um gosto estético referente a uma determinada época, porém devido a um certo padrão histórico existe um desejo de universalizar esta idéia de beleza. O que temos hoje é uma relação desse mesmo porte sendo, no entanto referida a questão da exclusão, pois é tido como universal a idéia de que sempre haverá pessoas excluídas e não há nem uma maneira de evitar ou

amenizar a exclusão de camadas da população como os imigrantes na França e os índios no Brasil. Então o que pode ser feito? Só resta transformar - segundo a opinião vigente no atual momento histórico - os grupos os quais estão mergulhados em algum tipo de exclusão em objetos estéticos e ter a atitude de contemplar tais objetos como sendo belos, pois a atitude estética "é a que leva a atenção e a percepção ao objeto(objeto mental ou intencional) da experiência, desviando-a do sentir íntimo e do afeto(sentimento ou emoção, contrastados com a cognição, o pensamento ou a ação) subjetivo" (OSBORNE, p. 57).

O terceiro argumento irá se chamar de discussão estética. Para David Hume há certos princípios gerais de aprovação ou censura com relação à discussão estética. E ele coloca no estado de saúde tais princípios (HUME, p. 320). Um indivíduo tido como belo tem com toda certeza as características físicas de beleza exigidas pelo momento histórico no qual está inserido. Isso pode ser perfeitamente constatado em nossos dias quando o padrão de beleza é o

bumbum da loura do Tchan. Mas, com relação à estética da exclusão? O indivíduo excluído, salvo raras exceções, não se encontra no seu estado de saúde perfeito?

A discussão estética não se dá no nível puro e simples do estado de saúde, pois do contrário certos ídolos populares como o músico de Jazz Rei Charles e o Papa João Paulo II não seriam considerados belos, pois ambos possuem problemas de saúde. Então como se processa essa discussão? Tal discussão se processa no nível da prática, pois ela é tão importante para o discernimento da beleza que para nos tornarmos capazes de julgar qualquer obra importante, será até necessário examinarmos mais do que uma vez cada produção individual.

Esse fato não contradiz o princípio do estado de saúde? Não. O princípio do estado de saúde defendido por Hume é justamente fundado na prática oriunda do cotidiano, ou seja, são as práticas econômicas e sociais que determinam a valoração do estado de saúde dos indivíduos, e por conseguinte, seu valor estético. Um bom exemplo disso é justamente a loura do Tchan, pois há uma complexa rede de negócios desde CDs, calçados, programas de televisão e outros mais os quais tornam o seu corpo um objeto estético apreciado por multidões. Do mesmo jeito o universo das práticas cria uma rede de empresas "filantrópicas" as quais vivem ao redor dos chamados *desvalidos*, o próprio Estado precisa de excluídos para poder aumentar impostos e justificar o aparato repressivo mantido pelo mesmo e por último as estruturas capitalistas precisam de excluídos nos períodos de pleno emprego como mão-de-obra barata e consumidores de seus produtos; assim como nos períodos de recessão os excluídos são responsabilizados pelos problemas e vão ter que arcar com o ônus da crise através do pagamento de novos impostos. Por tudo isso fica patente que a estética da exclusão é fruto de um discurso sobre o estado de saúde dos indivíduos a partir das práticas do cotidiano.

Como resolver a questão da estética da exclusão?

Para responder a tal pergunta é necessário desenvolver uma série de três idéias filosóficas. A primeira é que Guilherme Castelo Branco (BRANCO, p. 138) faz um resgate no pensamento de Michel Foucault com relação a hipótese de que a modernidade pode ser definida como uma atitude, centrada na subjetividade, realizada por qualquer sujeito histórico o qual seja capaz de diagnosticar o seu momento e o quadro que o envolve, assim como tenha condições de atuar sobre suas circunstâncias e sobre seu presente histórico de modo a exercer sua autonomia diante das múltiplas pressões com as quais tem que lidar no decorrer de sua vida. A partir dessa visão há uma atitude-limite, com dois sentidos complementares. O Primeiro é uma exigência com relação a superação de limites internos, como por exemplo um acomodamento aos interesses imediatos de obtenção de bens materiais. O segundo demanda a superação dos limites impostos pelas regras, valores e modos de gestão social, o que leva tantos indivíduos ao acomodamento puro e simples ao que se determina na ordem política-jurídica e na gestão dita racional da ordem econômica.

A segunda idéia é a questão da minoridade e da maioria com relação ao esclarecimento. Para Kant a minoridade deve ser definida como uma privação da liberdade, por culpa do próprio sujeito o qual prefere ser tutelado em suas ações, em suas

escolhas e em seu modo de viver, a ter que exercer uma forma de vida onde entrem em jogo escolhas racionais e livres. Obedecer irrefletidamente aos ditames governamentais, seguir sem restrições recomendações médicas e terapêuticas e obedecer cegamente a um ídolo televisivo como a Xuxa; são exemplos de atitudes de minoridade. Por sua vez, a maioria é entendida como o resultado de uma escolha através da qual emerge uma conciliação das regras e valores instituídos na vida sócio-política com aquelas advindas da livre consciência do sujeito, escolha essa que tem por ponto de partida o mundo ético subjetivo e que deságua no mundo social e político.

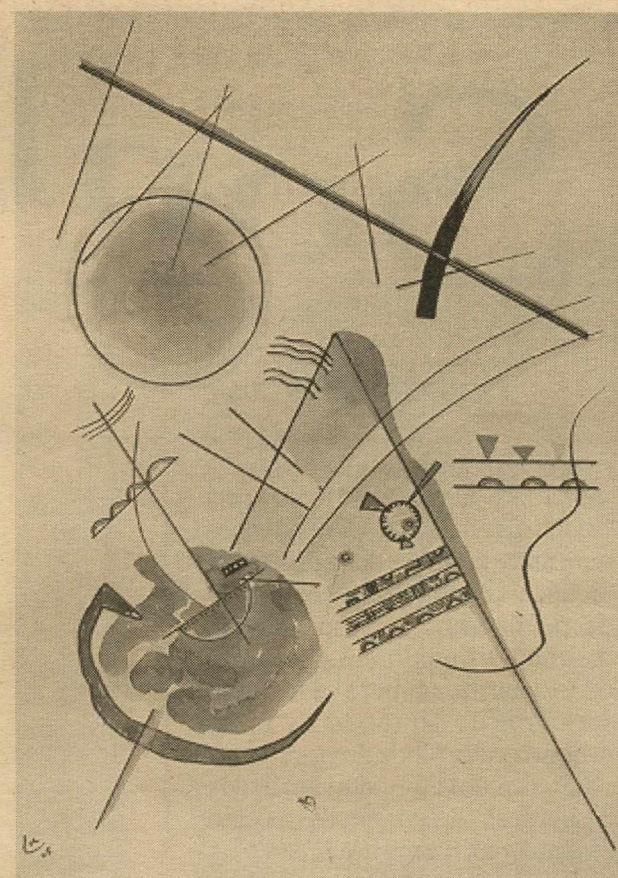
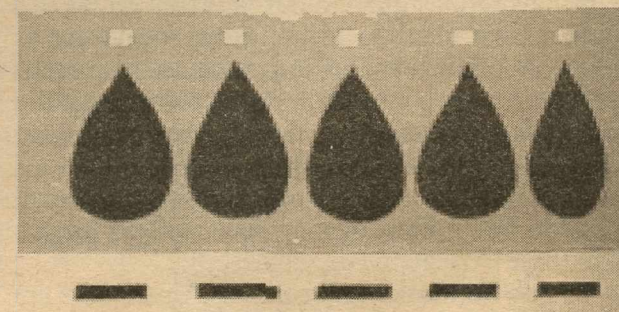
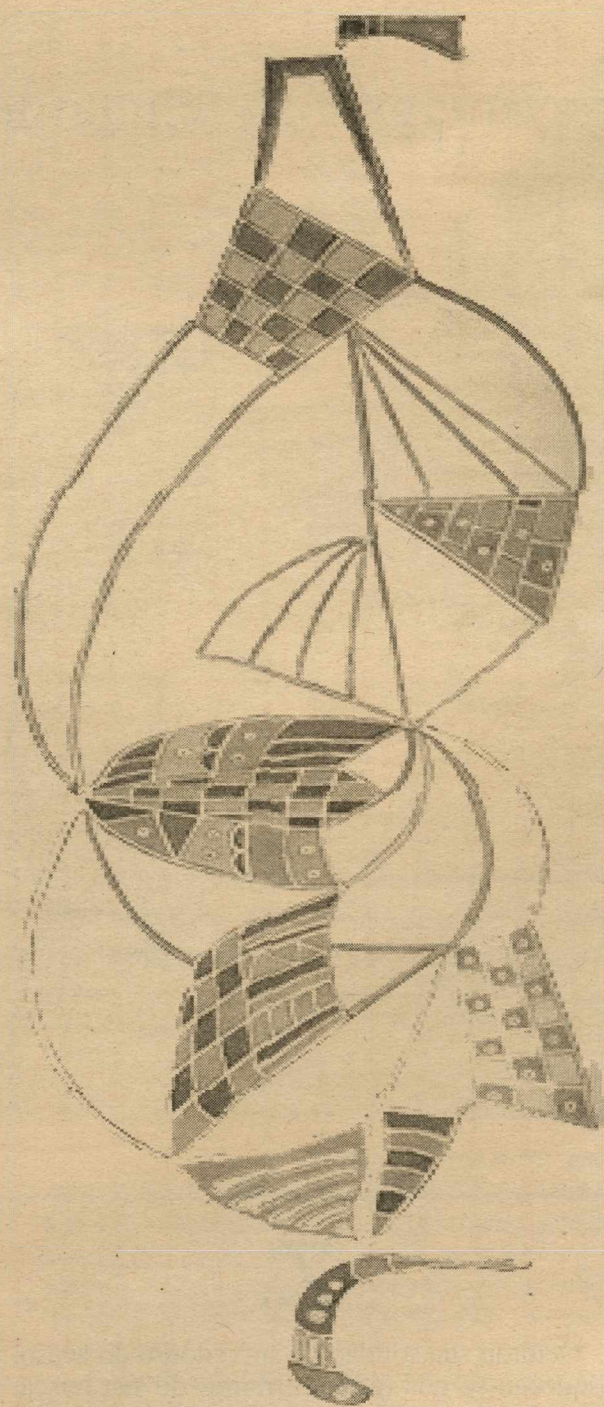
A terceira idéia é considerar quais são nossas tarefas éticas, analisar e avaliar as relações entre o excesso de poder político com a gestão técnica e racional da vida social, pois o desenvolvimento crescente das estruturas de poder tomou duas direções. A primeira é que as estruturas de poder tem o cuidado crescente em conhecer os indivíduos, de modo mais detalhado e minucioso possível, de forma a antecipar e moldar desejos - como o sapatinho da Xuxa por exemplo - e criar expectativas, objetivando o gerenciamento de suas ações no trabalho, no lazer, na escola; enfim no mundo da vida. A segunda direção é que o Estado moderno desenvolveu de maneira crescente uma política do corpo e uma bio-política da população. E a consequência dessas duas direções é a constituição de novas formas de racismo as quais iram implementar a estética da exclusão. E essas formas de racismo são mais ou menos explicitadas nas políticas econômicas e de educação.

O conjunto dessas três idéias nos conduzem a buscar, no contexto contemporâneo, a forma como as lutas sociais são definidas. Pode-se muito bem fazer o seguinte esquema dessas lutas: 1. Lutas que se opõem as formas de dominação (éticas, sociais, religiosas, etc.), 2. Lutas que denunciam as formas de exploração que separam o indivíduo do que ele produz, e por último, 3. Lutas que combatem tudo o que liga o indivíduo a si mesmo e assegura, deste modo, sua submissão aos outros. Pois, o objetivo dessas lutas é destruir justamente o que se disseminou - ao longo do capitalismo recente - que é a "generalização das formas de vida e dos códigos morais da burguesia. Esta moral demanda o afastamento dos vínculos de solidariedade ainda existentes em sub-segmentos do universo social, em nome de uma idéia de conforto, segurança pessoal e segurança financeira que nada mais fez do que

intensificar o individualismo." (BRANCO, p. 143)

O efeito do afastamento dos vínculos de solidariedade é que passa-se a aceitar, até mesmo se desejar o fato de que, no interior das sociedades passe a existir um enorme contingente de excluídos - os quais iram ser a mão-de-obra para a estética da exclusão - que são percebidos como merecedores de estarem nessa situação por não possuírem as competências necessárias para participar da evolução do progresso econômico e social.

Então, como resolver o problema do afastamento dos vínculos de solidariedade?



Essa pergunta assim como a pergunta anterior (como resolver a questão da estética da exclusão?) são perfeitamente respondidas pela tese crucial de Foucault em sua fase ética a qual é a *estética da existência*. A estética da existência é o próprio sujeito que torna-se objeto de sua invenção e auto-constituição, pois seria impossível desvincular a autonomia do sujeito da articulação entre vida e arte. Essa nova forma estética vem a ser o ápice de uma operação ética, enquanto atitude de modernidade e consequência das formas de luta contra os códigos burgueses os quais geraram a exclusão moderna.

As causas dessa nova postura estética são a diversidade de formas e de fins que pode assumir uma nova postura ética onde o pensamento e a ação são possíveis a todos os sujeitos constituintes da história. E essa nova postura ética conclama os indivíduos a distintos modos de realização subjetiva e pessoal. E como consequência direta da estética da existência tem-se que seria possível se ter um instrumento especial para se refutar o governo por individualização e pela afirmação da vida como uma obra de arte - ao invés da arte ser um privilégio de acadêmicos e milionários - se afirma uma ética que é expressão de força e autonomia de todos os indivíduos. Isto posto, ter-se-á uma existência bela e indissociável de uma sutil solidariedade. Solidariedade que irá banir a estética da exclusão, pois não mais haverá exclusão para ser apreciada como arte ou deslumbramento referente a idéia de beleza.

Bibliografia:

- OSBORNE, Harold. *A Apreciação da Obra de Arte. Capítulo III. A Apreciação como Gozo: O Hedonismo Estético*. Trad.: Agenor Soares dos Santos. São Paulo: Cultrix, 1970.
- DUFRENNE, Mikel. *Estética e Filosofia. O Belo*. Trad.: Roberto Figurelli. São Paulo: Perspectiva, 1972. Col.: Debates N° 69 da Se.
- HUME, David. *Do Padrão do Gosto*. Trad.: João Paulo G. Monteiro & Armando Mora de Oliveira. São Paulo: Victor Civita. Coleção "Os Pensadores", 1973
- BRANCO, Guilherme Castelo. *A Modernidade em Foucault: Uma Breve Exposição*, IN: Princípios Ano 04, N° 5, 1997

Sonho de Mar

(À Zila Mamede)

Hudson Paulo da Costa

Zenão poderia refletir mais uma vez sobre a velocidade de uma flecha arremessada pelos deuses num arco de prata e dia, pois jamais alcançaria a trajetória dos passos da poeta rumo à praia naquela manhã. O mundo em anéis de caos e harmonia pesava leve em seu coração filtrando as luzes refletidas dos olhos do mar.

Suas mãos computavam dados a cada gesto descontínuo pois tudo estava pronto como uma cena a ser inaugurada num palco imaginário. Todos os ângulos do cenário foram percorridos por seus passos: a repartição pública, as ruas ecoando ritmos de angústia, medo e solidão; as árvores moduladas pela brisa, pelas cores, pela tensão do pintor indeciso sobre a matiz que acentuaria o detalhe de um pássaro caindo no abismo.

Os nomes das ruas indicavam-lhe caminhos contrários. Ao descer a ladeira da Ribeira um pedaço do rio fendeu-se a palmilhar nomes de memória esquecida. As telhas das casas seduziam os seus pés oferecendo-lhes o verde dos musgos, uma estória entre as linhas do sono e do calendário. Não podia adiar a viagem. Ela fora marcada quando a última estrela da madrugada acenou-lhe o destino.

Passou pelo Correio e enviou uma carta para um amigo. Releu-a antes de lacrá-la e pensou riscar alguns trechos. Estranhou como em certas horas e em certas situações algumas palavras podem assumir outros tons e sentidos que não podemos precisar.

B.

“Hoje eu li um livro sobre Zen. Meditei nesta frase que acendeu-me: “Ver dentro do nada – é essa a verdadeira visão e a visão eterna.” Não pude ir Sábado à Redinha, conforme combinamos. Recebemos uma grande doação de livros e precisei apressar a catalogação. No próximo Domingo nos encontraremos e falaremos muito de amor. As tapiocas, os caranguejos e os peixinhos fritos serão o nosso banquete. E por falar em banquete, não me esqueça o Platão que há dois meses você está por ler. Beijos.”



Z.

Ocultou sua solidão no sorvedouro do acaso. Esqueceu-se nos rastros errantes de sua busca. Peregrina das estrelas, a areia do mar sugou suas lágrimas retidas quando das palavras áridas dos homens o ruído seco de uma pedra roçava-lhe os olhos. Antes do mar as pedras moldaram-se a seus pés represando o seu vôo norteadado pela cartografia dos sonhos. Contemplou o farol de Mãe Luíza como um sinal para os viajantes do mar que retornam aos seus portos. Para ela o farol tornou-se um sinal perdido. Seus olhos cegaram para qualquer luz que não fosse a da chama de seu desejo.

O galo cantou de algum quintal. Amanheceu um dia feito divinamente para outro dia que não este.

Este era anterior ao que poderia ter sido se os seus pés não tivessem pisado firme o chão das ruas beijadas pelo sol, queimando as pestanas da noite. Chegava a hora forjada nas oficinas da eternidade.

As águas tomaram-lhe as formas como esculpindo conchas marinhas para ornar o palácio das Ondinas e os caminhos de Netuno. Seus cabelos – campinas de girassóis dormidos – desfizeram-se em algas e líquens que nas noites de luar suspendem suas fímbrias para realçar as espumas dos seus bailados orgíacos. Natal ainda recebe da brisa noturna os ecos do seu último suspiro invocando a saudade das dunas e dos coqueiros acenando adeus aos viajantes de todos os rumos.

Eram seis horas quando passei pela praia e revi o lugar de onde seu corpo fora retirado. Olhando as ondas batendo nas pedras escrevi uns versinhos que eram mais ou menos assim:

Sonho de Mar

No acorde perfeito
no ritmo do mar
acordei de um sonho
em que estavas lá.

Vestida de todo azul
que as águas se vestem
cobrias teu corpo nu
onde as sereias se despem.

As luzes das estrelas
brilhavam no céu
adornando teu rosto
cobrindo-o com um véu.

Os ventos pelos ares,
nas espumas flutuantes
traziam doutros mares
as vozes dos navegantes.

E tu estavas lá,
alheia ao teu destino
viajando pelo mar
no sonho de um menino.

Como homenagem bem pessoal a uma mulher que por toda a vida amou e cantou o mar rasguei o papel em pedacinhos e joguei-o ao vento. Fiquei olhando os pedaços se espalhando, longe. Alguns, colhidos pelas ondas, flutuaram demoradamente e depois sumiram tragados pelas águas.

Hudson Paulo da Costa é historiador, ficcionista e bibliófilo natalense.

LOLITA

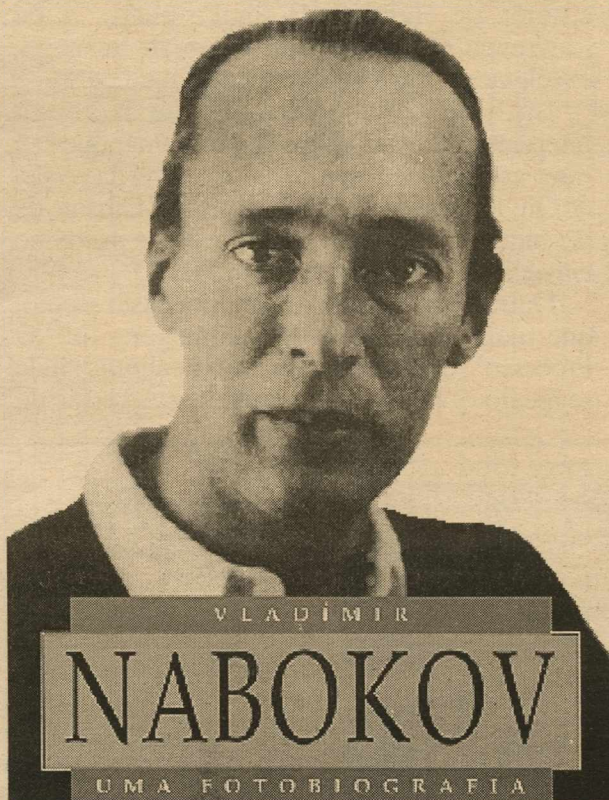
Tácito Costa

Graças a uma feliz coincidência foram exibidas em Natal, recentemente, com um intervalo de cerca de uma semana, as duas versões para o cinema do livro "Lolita" de Vladimir Nabokov. A de Stanley Kubrick, de 1962, e a de Adrian Lyne, deste ano. A distância entre as duas não é apenas temporal. É, simplesmente, a que separa a obra prima da obra comum. No cinema, poderíamos dizer, é a que distingue o filme de arte de um comercial.

Kubrick, com ajuda do próprio Nabokov, que escreveu o roteiro, fez um grande filme. Embora o livro seja incomparavelmente melhor. Nem o fato de sermos informados no prefácio apócrifo, escrito por um tal "John Ray Jr, Doutor em Filosofia", de que o protagonista principal Humbert Humbert morre, nos tira a vontade de ler o livro até o final.

Os moralistas, que só tiveram olhos para o envolvimento puramente sexual entre Lolita, de cerca de 14 anos, e o professor Humbert Humbert, com mais de 50 anos, perderam o melhor. Leram e não leram o livro (considerado um dos mais importantes deste século), que vai muito além da relação entre um senhor de meia idade e uma ninfeta.

Na verdade, a relação é o meio que o escritor se vale para exibir, em toda a sua extensão, a queda e danação do protagonista principal. Uma queda consciente e prenunciada desde o início do livro. A fragilidade da condição humana é o que move a escritura nabokoviana. Aliás, temas que o escritor retomaria em outros dois livros, "O Mago" e "Riso



(fotos extraídas do livro *Vladimir Nabokov, uma fotobiografia*, da Ars Poetica, SP)

no Escuro".

O "Mago", uma novela curta, de cerca de 60 páginas foi escrita um ano antes de "Lolita" (1938), mas só foi publicada mais de 30 anos depois (os manuscritos estiveram perdidos) e é tida como uma pré-Lolita. Já "Riso no Escuro", veio depois de "Lolita". Todas as três obras relatam paixões e tragédias de homens de meia idade envolvidos com

mulheres bem mais jovens.

Mas, as leituras que os dois diretores fizeram do livro de Nabokov são completamente diferentes. A idéia de Lyne talvez tenha sido dar ao roteiro uma certa contemporaneidade, mas no que isto tem de pior, como por exemplo, na exploração de cenas de sexo e de violência, no melhor figurino hollywoodiano.

E é exatamente aí que reside uma das grandes diferença entre os dois filmes. A leitura de Lyne é sexista e moralista, colocando o foco unicamente na relação afetiva e sexual do professor Humbert com Lolita.

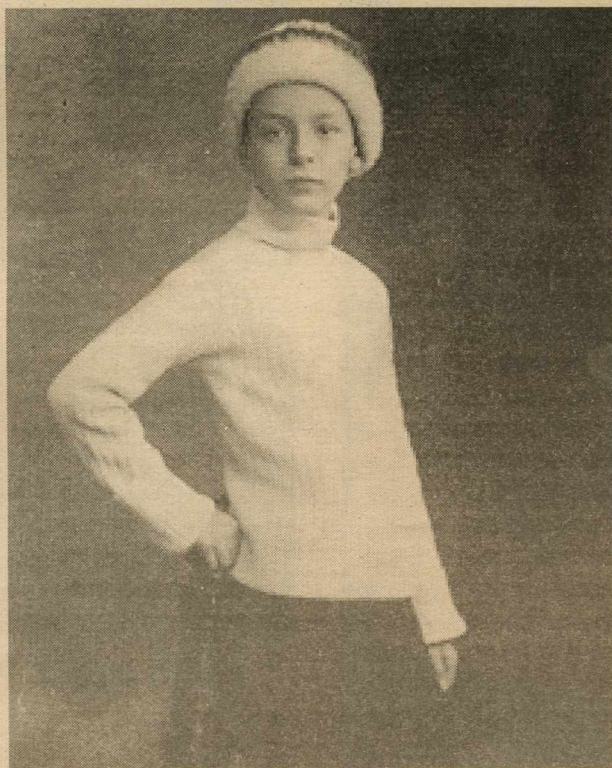
O olhar de Kubrick, magistral desde a cena antológica de abertura do filme, em que Humbert pinta as unhas de Lolita, segue na direção oposta, elaborando um filme com sutileza, refinamento e sabedoria. Somente essa cena inicial, em que não é pronunciada nenhuma palavra, passa para o espectador toda a carga emocional do relacionamento, prenunciando o resto, um Humbert inteiramente dominado por Lolita.

No filme de Adrian Lyne, dos atores, se salva Jeromy Irons no papel de Humbert. Melanie Griffith, como Charlotte Haze, a mãe de Lolita, é uma piada de mau gosto e a atriz que faz Lolita não chega nem perto da que protagoniza o filme de Kubrick. Já no filme de Kubrick, todas as peças se encaixam à perfeição (direção, atores, fotografia, música, roteiro).

Em que pesem essas restrições ao filme de Lyne, caso o espectador não tenha lido ou não pretenda ler o livro, é interessante assisti-lo, porque acrescenta



eda e danação do protagonista principal. Uma



eda e danação do protagonista principal. Uma



eda e danação do protagonista principal. Uma

algumas informações que Kubrick desprezou, como o insucesso que o adolescente Humbert Humbert colecionou ao se apaixonar por uma colega (Annabel), seis meses mais velha que ele e que morreu de tifo alguns meses depois do namoro. O professor atribui ao trauma gerado por essa morte a sua preferência pelas ninfetas.

Nos dois filmes não fica muito clara a obsessão do professor pelas adolescentes. No livro, não só temos isso claramente, como ainda são relatadas as peripécias de Humbert para estar sempre junto às ninfetas (termo aliás criado por Nabokov). Isso antes de Lolita aparecer.

A paixão pela garota é mais forte que tudo. Faz Humbert esquecer até sua pedofilia. Porque, do contrário, ele poderia muito bem após ter sido abandonado, continuar seu cerco às ninfetas. Não é o que acontece. Isto fica claro quando ele vai ao encontro dela, depois de dois anos de separação. Casada e grávida, não tendo mais quase nada da ninfeta de tempos atrás, Lolita o recebe friamente, embolsa o dinheiro que havia pedido por carta, o humilha uma vez mais e descarta a volta. É o fim para o velho professor.

Tácito Costa é jornalista e redator de O GALO

Fracassos e sucessos nas telas

Adrian Lyne não foi o primeiro a fracassar na transposição de um livro para as telas. Decididamente, não é uma tarefa fácil, manter o mesmo nível da obra literária quando ela vira filme. Tomemos, como exemplo, as três versões para o cinema de Hamlet, de Shakespeare. A de Lawrence Olivier e a de Kenneth Branagh, excelentes, e a de Franco Zeffirelli, medíocre.

Em que pese a afetação de Branagh interpretando Hamlet, pode-se afirmar que seu filme está praticamente no mesmo nível da versão de Olivier. Já a de Zeffirelli, com Mel Gibson, de tão ruim, deve ter feito Shakespeare se mexer no túmulo.

Outra obra capital da literatura deste século, que mereceu também três filmagens foi "O Processo", de Franz Kafka. Mas nenhuma ainda se igualou a feita por Orson Welles. A versão do

diretor David Jones ainda passa, mas a de Steven Soderbergh (que recebeu o nome de "Kafka") é uma salada que mistura os livros com a vida do autor tcheco e tem um resultado confuso.

Transformar um grande livro em um grande filme deveria ser a norma. O difícil é fazer da subliteratura filme de qualidade. Trata-se de algo raro na história do cinema. Francis Ford Coppola, por exemplo, conseguiu as duas coisas. Coadjuvado por Marlon Brando e Nino Rota (compôs as músicas), fez de "O Poderoso Chefão", romance medíocre escrito por Mário Puzo, um dos melhores filmes norte-americanos de todos os tempos (o roteiro é de Puzo e Coppola) e inspirado em Joseph Conrad ("Coração nas Trevas"), criou "Apocalypse Now", outro filme que honra a história do cinema. Mas, nesse caso, já estamos no terreno das exceções.

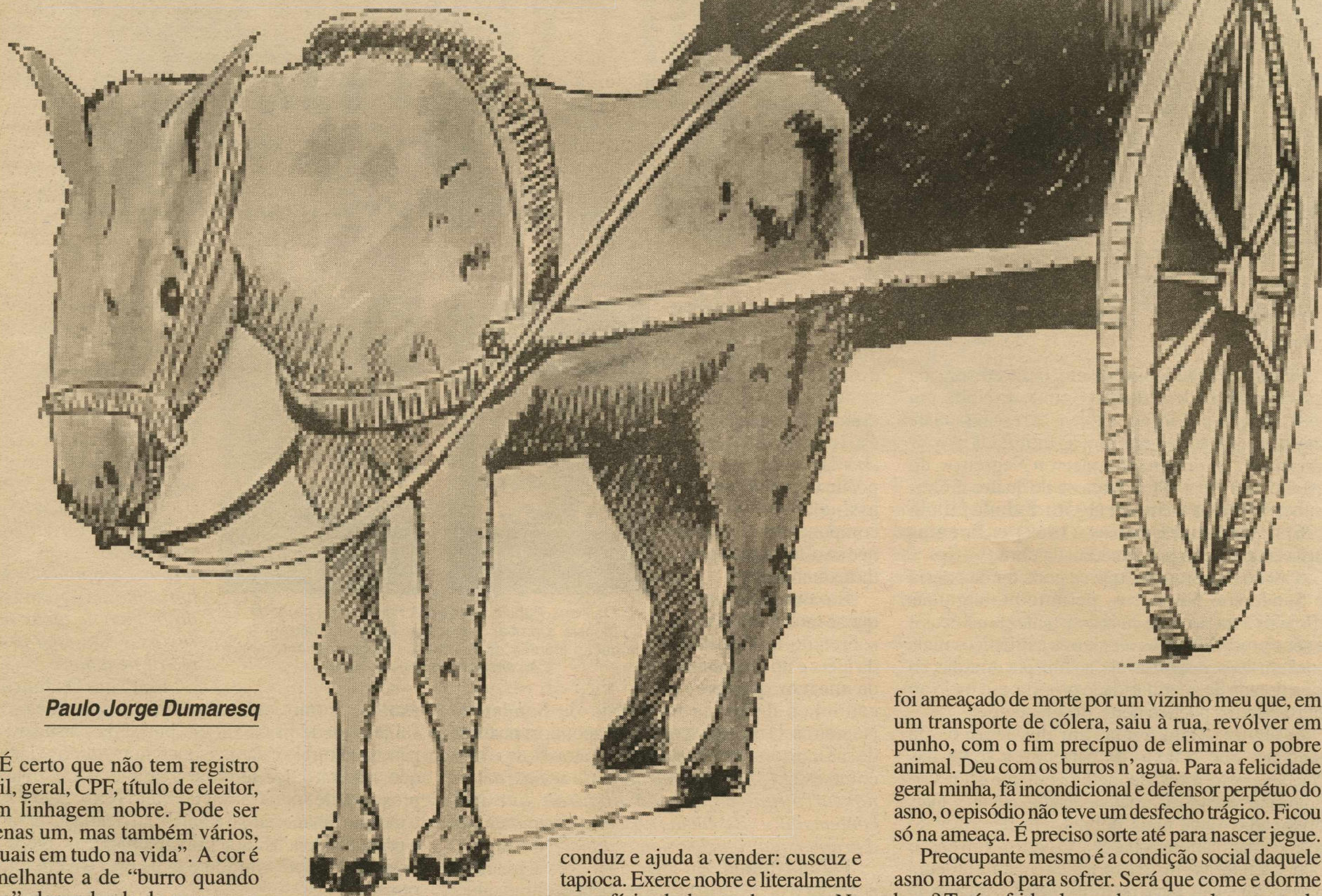


Os pais de Vladimir Nabokov, Vladimir D. Nabokov e Elena R. Nabokov, em Vira, 1900



Vladimir Dmitriévitch Nabokov (o 1º à dir.) com seus três irmãos, por volta de 1865

Um asno em minha rua



Paulo Jorge Dumaresq

É certo que não tem registro civil, geral, CPF, título de eleitor, nem linhagem nobre. Pode ser apenas um, mas também vários, “iguais em tudo na vida”. A cor é semelhante a de “burro quando foge”, dependendo do percurso a ser cumprido, varia do castanho-fulvo para o cinza-escuro. Com seu “trote” ritmado, passa infalivelmente no lusco-fusco da noite, rua Santo Antônio abaixo, na contramão da história, fazendo o mesmo percurso que os holandeses, ao invadirem a antiga Capitania do Rio Grande, em 8 de dezembro de 1633. O destino é a periferia da cidade, que lhe serve de abrigo, após mais um dia de trabalhos forçados.

Resignado, não ousa recalcitrar contra as sevícias que lhe são aplicadas pelo dono, nem sequer contestar a condição de escravo que “ostenta”. Para aquele asno, a iniquidade humana deve calar fundo no coração de quem é vítima dela. Não tem o direito de empacar. Se assim o faz, logo o azorrague fustiga-lhe o lombo. É, por assim dizer, artigo de segunda categoria quando comparado aos produtos que

conduz e ajuda a vender: cuscuz e tapioca. Exerce nobre e literalmente seu ofício de burro de carga. Na condição de “azêmola passiva”, como bem observou o poeta

paraibano, não reivindica salário. No máximo, água e capim. A fiscalização do Ministério do Trabalho, do alto de sua omissão, cerra os olhos a toda àquela exploração do asno pelo homem.

Além de toda a sorte de maus-tratos, o nosso herói anônimo é ainda obrigado a ouvir um repertório musical de gosto duvidoso, que sai de um potente alto-falante, propagando pela rua canções de Waldick Soriano, Reginaldo Rossi, Odair José e outros baluartes da chamada música brega. Óbvio que esse cardápio musical não é para chamar a atenção do consumidor para as qualidades do asno, mas, antes, dar conta de que o tálburi das iguarias nordestinas está passando naquele momento.

Dia desses, por culpa do volume do alto-falante,

foi ameaçado de morte por um vizinho meu que, em um transporte de cólera, saiu à rua, revólver em punho, com o fim precípua de eliminar o pobre animal. Deu com os burros n'água. Para a felicidade geral minha, fã incondicional e defensor perpétuo do asno, o episódio não teve um desfecho trágico. Ficou só na ameaça. É preciso sorte até para nascer jegue.

Preocupante mesmo é a condição social daquele asno marcado para sofrer. Será que come e dorme bem? Terá sofrido algum abuso sexual por parte do dono? São indagações, em tom de denúncia, que merecem uma rigorosa investigação por parte das autoridades competentes. O que passa com a Sociedade Protetora dos Animais que não atenta para essas questões?

Alheio a tudo e a todos, o asno segue seu destino iniludível de explorado. Temo por sua sorte pois sequer tem a imprensa para recorrer. Mas enquanto zelo por ele, desce a ladeira, impassível, orgulhoso, cumprindo maquinalmente mais uma jornada de trabalho. Talvez um dia quando ficar velho e não servir mais para transportar homens e alimentos, seja esquartejado em algum abatedouro clandestino de Natal, virando carne de charque. E sem direito a padre para a encomendação do corpo.

Paulo Jorge Dumaresq é jornalista e teatrólogo

A poesia de Sanderson Negreiros

Inquietação existencial é um dos campos semânticos definidores da poesia de Sanderson Negreiros

Hildeberto Barbosa Filho

Fábula Fábula, publicado pela editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 1998, reúne a produção poética, acrescentada de uma pequena seção em prosa, intitulada *Prosa transeunte*, do potiguar Sanderson Negreiros, do período de 1956 a 1967. Trata-se de quatro títulos, a saber: **O ritmo da busca** (1956), **Fábula fábula** (1961), **Os lances exatos** (1967) e **Poemas rupestres**, estes a parte inédita da obra.

A visão de conjunto, que se pode ter da poesia de Sanderson Negreiros, permite-me algumas reflexões a respeito de suas constantes temáticas e de seus procedimentos técnicos e estilísticos mais característicos, responsáveis, ao fim, por uma dicção lírica dotada de singularidade própria, em meio ao micro-sistema poético norte-rio-grandense.

Assegura Alain Viala, um dos teóricos da recepção, que o texto de estréia é a fonte das criações posteriores, na medida em que estas vão como entretecendo alternativas dialógicas, quer mais sofisticadas quer mais pobres, em derredor do mesmo imaginário-em-busca... O gesto da invenção poética tende, assim, a se tornar circular na procura da verticalização, tanto da forma estética quanto da visão de mundo que o texto pode transmitir.

Por isto, toda atenção me parece necessária, em Sanderson Negreiros, para **O ritmo da chuva**, livro escrito aos dezesseis anos de idade. A maturidade dos seus poemas de juventude já demarca os campos semânticos, voltados para uma inquietação existencial por um lado e, por outro, a demonstrar certo domínio da articulação vérsica, que diria incomum e surpreendente para um poeta ainda tão moço.

De outra parte, as referências intertextuais que atravessam nomes, a exemplo de Rimbaud, Deolondo Tavares, Jorge de Lima e Manuel Bandeira sinalizam para possíveis modelos que tendem a ecoar, sem elidir, todavia, a personalidade de uma voz que se revela autônoma, pelo complexo ritmo-idéia-imagem que cristaliza a escrita do poeta potiguar.

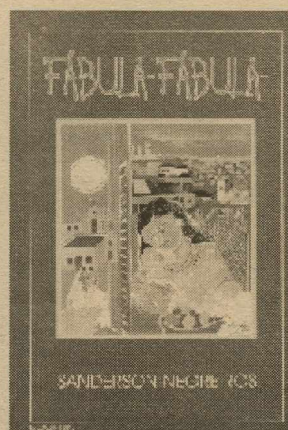
Para além, portanto, dos dados biográficos do recolhimento religioso e dos primeiros contatos com

a morte a que se refere o poeta e ensaísta Paulo de Tarso, em introdução à coletânea, pesam sobretudo “a visão original da realidade” e “a definição de uma abordagem da linguagem poética”, por ele mesmo assinaladas, como os componentes essenciais que se ostentam no plano da textualidade.

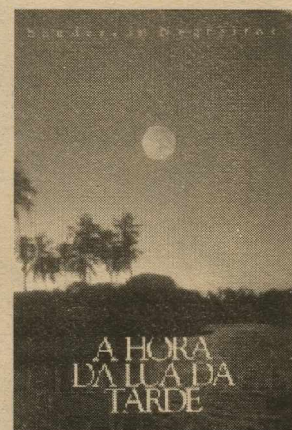
É a concepção poética que se modula em forma, sobretudo no inusitado da idéia e no impactante da imagem, que abre os caminhos da busca na poesia de Sanderson Negreiros. O eu lírico como que aponta as nuances de sua trajetória futura, quando fala através de versos como estes (...) *a verdade inútil de se buscar, em nossa/roupa, a face do absurdo que nos contempla(...)* *Essências obscuras fecundam-me o pranto/sigo só pelos rumos donde vim.*

Fábula fábula, seu segundo livro, vai manter e acentuar o nível de densidade poética, eliminando, contudo, o que poderia haver de excesso, excesso verbal talvez, na obra anterior. O visionarismo de certas imagens, imersas num clima meio onírico, às vezes místico e metafísico, cede lugar, pouco a pouco, às impregnações mais concretas da realidade, mesmo que apalpada através da cadência estética da fantasia e do imaginário.

Tendo a concordar com Paulo de Tarso: **Fábula fábula** é a obra central, o eixo grave e iluminado da mais visível consistência poética na trajetória de Sanderson Negreiros. Sem perder o vigor da imaginação lírica ao mesmo tempo em que refina os processos de construção verbal - associações díspares, regências inusitadas, adjetivações extremamente inventivas, inclusive anotadas pelo introdutor - o poeta parece limpar certas obscuridades de visão e certos recheios no terreno dos vocábulos.



Os livros *Fábula fábula* e *A hora da lua da tarde* (poesia e prosa, respectivamente) reatualizam a produção literária de Sanderson Negreiros, colocando-a ao alcance dos novos leitores



Os motivos da morte e do amor retornam ao espaço textual, palmilhando versos de equilibrada beleza, tais como: (...) *Recolho em lâminas rubras/o cansaço da morte prematura; (...)* *Despes o corpo tatuado de/ relâmpagos. Ensarilhas ventos/ao som da ternura e apunhalas/o horizonte...; (...)* *como se do trágico de amar-te/ restasse um instante maior de amor.*

Tanto em **Os lances exatos** como em **Poemas rupestres**, a subjetividade lírica vai em busca da paisagem - paisagem rural - e das personas, num descritivismo que, não raro, faz lembrar a objetividade, quase prosaica, de João Cabral de Melo Neto. Não fora o mesmo olhar original e único, arriscaria dizer que o poeta mudou. Mudou principalmente no recorte do verso - agora contido e mais previsivelmente ritmado.

É preciso observar, no entanto, que tais possíveis mudanças não atingem a estratégia particular de nomeação das coisas, em certo sentido devedora dos começos de **O ritmo da busca**, sobremaneira se levarmos em conta o tratamento vocabular, tão especial em Sanderson Negreiros.

O conjunto, portanto, de sua poesia, abre ao leitor a possibilidade de conhecer os passos do seu comportamento lírico e, principalmente, de freqüentar um universo poética capaz de responder pelo que há de mais representativo na poesia do Rio Grande do Norte, assim como são representativos os universos poéticos de Zila Mamede, Luís Carlos Guimarães, Nei Leandro de Castro, Jarbas Martins, Marize Castro, Moacy Cirne e tantos outros.

Hildeberto Barbosa Filho, paraibano, é poeta e crítico literário, e foi recém-eleito para a Academia Paraibana de Letras.

O Livro de José

Carta de José Melquíades a José Maria Guilherme

Natal, 6 de janeiro de 1999

Meu caro amigo, Irmão e ex-aluno José Maria Guilherme:

Meu cordial abraço!

Li com muito interesse e bastante curiosidade as suas **Memórias** enfeixadas em "*O Livro de José*". A narrativa nos leva a mundos diferentes, às vezes alegres, outras vezes tristes, em algumas passagens debochadas, na preparação e no **exame prostibular**, numa sinceridade de arrepiar prepúcios. Em tudo prevalece a sua lealdade, sem falar o bom senso de humor em certas ironias ao gosto de Voltaire.

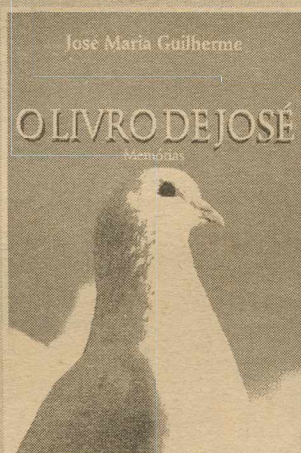
Há uma excelente lição de História, tanto daquele inocente Natal dos anos 50, um corpo místico cujo coração palpitava no Grande Ponto, mas também no Rio de Janeiro no qual você viveu intensa e intimamente; e também sofreu altiva e amarguradamente. Risos e lágrimas no seu caminho. Como na **Colmeia**, de João Ribeiro, seu livro está cheio de favos e travos, de abelhas laboriosas e vespas incidiosas: um cortiço enxameado de zumbidos entre Natal e o Rio de Janeiro. Como em toda a colmeia, não deixa de haver alguns resíduos.

Conheci bem a parte de cá e não ignoro a parte de lá, é verdade que em circunstâncias diferentes. Alguns daqueles bares da Cinelândia, da Lapa, da Rua Alice, de Botafogo, Voluntários da Pátria e Copacabana que foram bastante familiares. Tomei alguns whiskies no **Juca's Bar** do Embaixador e outros no Hotel Serrador, onde me hospedei duas vezes. Você mesmo me ofereceu algumas doses, no **Bar Itajubá** ao lado de Raimundo Soares e Abelardo Jurema. E o tempo passa e a saudade fica cicatrizada na alma.

Seu livro é um encanto de narrativa festiva e barulhenta. Sua elevação às nuvens o faz um nefelibata seguidor de Rabelais. Espero que não suceda o mesmo com você como o que está acontecendo com a guatemalteca Rigoberta Mentiú, que venceu o prêmio Nobel de 52 com uma autobiografia realista e marcada pelo sofrimento, mas agora está sendo acusada de ter burlado o júri com um livro misturado de ficção. Não, você não é homem capaz de deturpar a verdade, em proveito de si mesmo. Seu livro é uma realidade itinerante.

Sua vivência e suas confidências enriquecem as páginas de suas **Memórias** com um gosto doce-amargo. Sua experiência com o teatro estudantil, sua nostalgia despedida de Natal, em 59, navegando para o Rio no gaiola do Loyde de Rui Paiva, suas aventuras e desesperos, inicialmente afastado das maravilhas de uma cidade, que se dizia **maravilhosa**, tudo isso é bem marcante, na vida do escrivo proviciano bem sucedido no **22º Offício de Notas** do Edifício Darke de onde você também saiu para uma jornada misteriosa na qual encontraria desespero, nas pegadas fatídicas do indesejável Fred.

Sua experiência festiva como boêmio consciente e respeitado, no *Rio de todos os bares*, é outra página delirante. Essas passagens enriquecem o Livro com pinceladas de verdadeiro artista



Um gosto doce-amargo perpassa em cada página de *O livro de José*

onde a arte é representada com realismo, rudeza, lirismo e poesia.

Você sempre foi um excelente ator; e por falar em teatro, é pena que Sônia Maria de Oliveira Othon não se tenha aconselhado com você para maior enriquecimento de seu recente livro **Dramaturgia da Cidade dos Reis Magos**. Mande-lhe também uma carta de elogio.

Outra página bastante sentimental é a sua despedida do Rio de Janeiro, em 77, despedida dos amigos, dos bares, dos colegas, daquele Rio que você tanto amou, mas preferiu voltar ao ninho antigo, ao seu primeiro amor: a saudosa Natal; e já a bordo do avião estremeciam no cinto de segurança, "58 quilos com vontade de ficar".

O final do livro é um tanto triste pelas amarguras sofridas injustamente, o que lhe feriu o corpo e a alma com talhos incicatrizáveis no coração. É duro o sofrer e quase morrer inocentemente sem ter para quem apelar, sem o direito de se defender das acusações infundadas.

- Quando os olhos vêem com ódio, o cisne é negro, já dizia o Padre Vieira. Foi assim que fizeram com Jesus. No interrogatório perante Anás, ao lhe



2º Momento.

Em meio, no dia de hoje, na cristianidade que grandemente se encontra adormecida no meio do edifício da vida.

Ao se ferir esta malhada de sete séculos de humanidade, a vida vem.

Por horizontes prospectivos, a natureza, vida e o, não se sente contraditória p

itas, em si, a não que São Francisco quis, sua mais profunda, que atenda a todos, e em caridade que a todos cobrem, ganharam a dimensão quando

da: a dimensão de um infinito horizonte de amor, que deu voz aos deuses do pequeno e do magro ao passar, em sua solidão.

confiar os sadios ensinamentos de sua pregação, recebeu uma bofetada de um dos guardas do sumo sacerdote ao que Jesus respondeu com seriedade e altivez:

- *Se falei mal, dá-me testemunho do mal, mas se fiz o bem, por que me feres?* É assim que se lê no final do Evangelho de João; e o acusaram, vilipendiaram-no, humilharam-no e o mataram. Depois repetiu-se a loucura selvagem dos Neros e Calígulas

repassadas para a **Inquisição** chamada de **Santa**. Mesmo assim, nem os mais rigorosos carrascos da História praticaram tantas crueldades quanto os torturados envolvidos no **golpe de 64**.

O tribunal do Santo Ofício punia os herejes que não seguissem fielmente a santa religião que nos veio de Portugal e aqui se inaugurou com a primeira missa. Depois da Inquisição surgiu o Tribunal da Inconfidência, que massacrou os idealistas da Conjuração Mineira, os verdadeiros patriotas da nossa independência; e para coroar essas atrocidades absurdas e cruéis, tivemos os tribunais sumários e arbitrários instalados nos quartéis com o nome de Revolução de 64. Não sei dos três tribunais

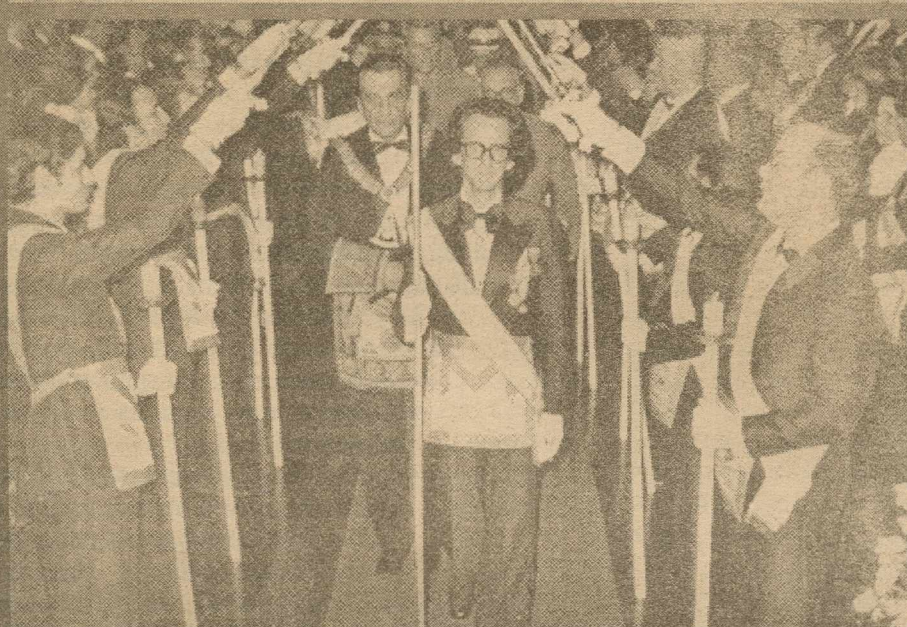
qual o pior. O que sei é que todos os que foram apanhados em suas malhas foram julgados injustamente. Como os herejes já tinham sido punidos, nesses dois últimos tribunais dispensaram-se os autos-de-fé, mas o caráter nacional se perverteu vergonhosa e tiranicamente. Você nos oferece o verdadeiro testemunho dessa vingança sem formal culpa. Eis aí uma nova dramatização do Sinédrio com um pelotão de Anás, Califás, herodes e Pilatos.

Lembre-me do conto de horror escrito pelo ébrio Edgar Allan Poe: **A queda da casa de Usher**. Outra coisa que me chamou atenção foram as suas doenças. Seu quadro clínico me assustou pelas aberrações patológicas, verdadeiro desafio à legião de médicos que o assistem. Daria um alentado tratado de medicina bem ao gosto de Averróis e Avicena. No todo, Zé Maria, seu livro é excelente como literatura informativa e pelos ingredientes de lirismo, realismo e muita informação. Em meio a todos esses contraste, prevalece a grandeza do seu otimismo, uma lição às maldades alheias.

Fraternalmente.

José Melquíades

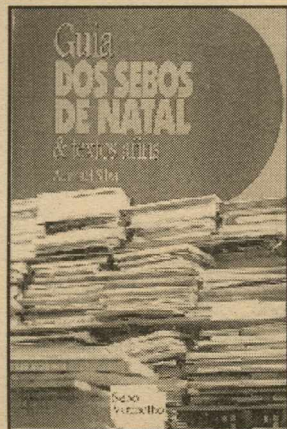
José Melquíades é escritor, historiador e professor aposentado da UFRN.



Acima, José Maria Guilherme ao lado do Opel modelo 1930, de Jaecy Galvão, em 1951, na Av. Duque de Caxias. Ao lado, recebendo a comenda da ordem de Pedro I, em 5 de abril de 1975. Acima à esquerda, ao ser homenageado pelo Governo do Estado, (Fundação José Augusto), em 27 de março de 1989.

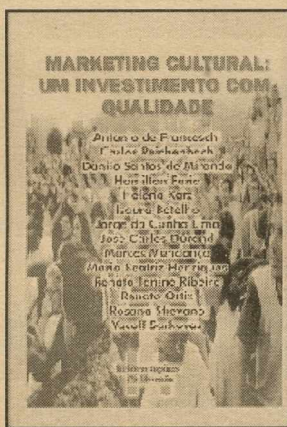
LANÇAMENTOS
Livros

Ensaio
Edição do Sebo Vermelho
Natal/RN
1998



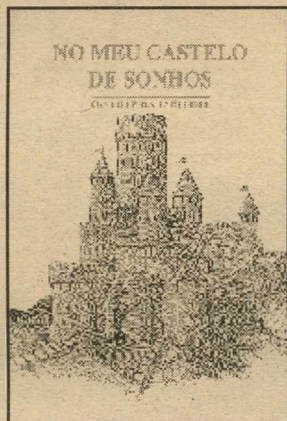
Já é possível se ter uma visão geral do papel representado pelos sebos de livros e similares em Natal. O sebibista Abimael Silva tomou para si essa missão, que foi concluída com o recente lançamento de *Sebos de Natal e textos afins*, onde conta a história dos principais sebos em atividade, e resgata os pioneiros desse difícil comércio alternativo de objetos culturais. A apresentação que Abimael escreveu a seu livro é importante porque revela os bastidores dessa história e seus principais protagonistas. Complementando a obra, seguem-se textos escritos por intelectuais natalenses que por acaso são (ou foram) também frequentadores dos sebos.

Marketing
Informações Culturais
São Paulo/SP
1998



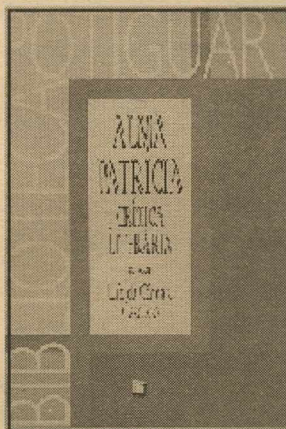
O marketing cultural é hoje um instrumento vital para a realização de projetos na área de cultura. Daí a importância de que se reveste o livro *Marketing cultural: um investimento com qualidade*, lançado pela Informações Culturais, com apoio da Prefeitura municipal de São Paulo. O livro reproduz textos das diversas palestras proferidas no seminário "Marketing Cultural no Brasil: Histórico e Tendências", realizado nos dias 8 e 9 de maio de 1997, em São Paulo. Autores como Renato Janine Ribeiro, Renato Ortiz, Carlos Reichenbach, Yacoff Sarkovas, Jorge da Cunha Lima e outros analisam os diversos aspectos do tema.

Poemas
João Scortecchi Editora
São Paulo
1990



O escritor cearense Osvaldo Pires de Holanda, radicado há muitos anos em São Paulo, remete para apreciação de O GALO, um exemplar de seu livro *No meu castelo de sonhos*, conjunto de poemas onde dá vazão a um romantismo trágico retinto de mágoas de amor, desenganos e ingratidões que soam, para nossos ouvidos "modernos", algo *démodés*. Autor também dos livros *Poemas satânicos* e *Veredas românticas*, ambos de poemas românticos, Osvaldo Pires Holanda é ligado a instituições culturais brasileiras e estrangeiras, como destaca nas abas do livro. *No meu castelo de sonhos* tem prefácio do teólogo-poeta (sic) Moysés Vieira Bem.

Crítica literária
Fundação José Augusto
Natal/RN
1998



O escritor Luís da Câmara Cascudo tinha tão-somente 22 anos quando publicou *Alma patrícia*, livro com que estreou nas letras brasileiras em 1921, a partir de seu bastião provinciano. Nele, Cascudo resume algumas de suas preocupações intelectuais fundamentais, quais sejam, a preocupação com um projeto literário para o Rio Grande do Norte, a devoção à província, e a fidelidade aos valores originários da sua cultura. O prefácio assinado pelo escritor Sanderson Negreiros ajuda a clarear aspectos que a distância produziu em torno dos poetas estudados no livro e sobre as posições críticas que Câmara Cascudo toma em relação a cada um deles.

Poesia
Textoarte Editora
João Pessoa - PB
1998



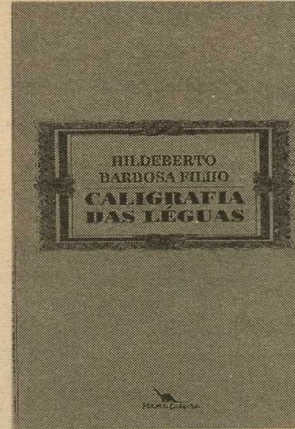
O poeta paraibano Linaldo Guedes lança *Os zumbis também escutam blues e outros poemas*. O livro é uma coletânea de poemas previamente publicados no "Correio das Artes", órgão cultural da imprensa paraibana, acrescida de alguns poemas inéditos. Refletindo influências do concretismo e neoconcretismo, (Poema Processo, Mail Art, etc.) a poesia de Linaldo Guedes preza pela brevidade e pelo experimentalismo impactante, recheada de temas existenciais, erotismo e ainda preocupações com o próprio fazer poético. Enfim, uma poesia jovem, recheada de ironia e perplexidade diante da vida.

CONTOS
Scorr Editora Tecci
São Paulo - SP
1998



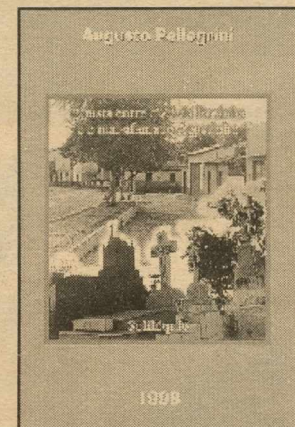
A escritora Maria Thereza Carvalho trabalha fundo o tema da literatura de expressão feminina. Seu novo livro *Cabeça de mulher*, contos, explora à exaustão as vicissitudes do segundo sexo, mas furtando-se ao convencional "happy end". Seria isso fruto de uma visão trágica da condição feminina? Aparentemente, não. Basta que se leia o conto "Giovanna não faz amor", onde o alter ego da autora responde a uma bateria de perguntas sobre o amor, sexo e temas afins. Nos demais contos de *Cabeça de mulher*, a autora, que acaba de comemorar 50 anos de vida literária, discute outros motivos da vida feminina.

Poesia
Editora Manufatura
João Pessoa - PB
1999



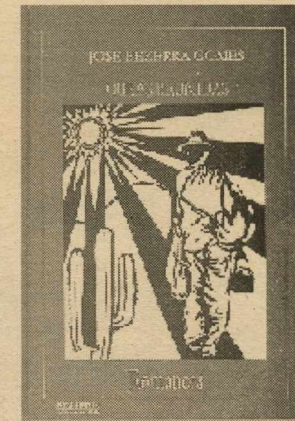
O poeta Hildeberto Barbosa Filho estréia 1999 com um novo livro de poemas. *Caligrafia das léguas* é o oitavo título de poesia do autor paraibano, que divide sua produção com a atividade de crítica literária que desenvolve regularmente na imprensa cultural nordestina, e também via publicação de livros. No prefácio a *Caligrafia das léguas*, o poeta e crítico paraibano Ascendino Leite escreve: "É natural que, atingindo os cimos dessa aventura [a linguagem expressional da poesia] [Hildeberto Barbosa Filho] consolide seu perfil no que, permitam-me, posso chamar de "parnaso da modernidade".

Contos
Fundação Municipal de Cultural
São Luís do Maranhão
1998



Com *A justa entre o Zé da Rosinha e o mal-afamado Agostinho*, o escritor paulista Augusto Pellegrino ganhou o XXIII Concurso Literário "Cidade de São Luís" Prêmio Odylio Costa Filho, 1º Lugar Contos, 1997. A obra vem de ser editada pela Fundação Municipal de Cultural - Func, de São Luís do Maranhão e reúne duas narrativas: "A justa entre o Zé da Rosinha e o mal-afamado Agostinho" e "Solilóquio". No primeiro, o autor narra com humor as desventuras de um violeiro quando descobrem que lhe furataram a viola. A segunda "brinca" com a idéia da morte. Na verdade, trata-se do solilóquio de um morto.

Romance
Editora da UFRN
Natal/RN
1998



Finalmente já é possível se encontrar num único volume os três grandes romances de José Bezerra Gomes: *Por que não casa, Doutor?*, *Os Brutos* e *A Porta e o Vento*. Os três textos constitutivos da obra em prosa do também poeta José Bezerra Gomes acabam de sair sob o título geral de *José Bezerra Gomes: Romances - obras reunidas*. O lançamento é da Edufrn - Editora da UFRN que curiosamente inclui dois prefácios. Um deles, é assinado pelo ficcionista e poeta Nei Leandro de Castro; o outro, pelo poeta Luís Carlos Guimarães. Ambos iluminam aspectos diversos da obra do importante poeta e romancista potiguar.

1920



NATAL POR IMAGENS

No alto, a Avenida Rio Branco no ano de 1920, revelando um recorte deliciosamente provinciano. Abaixo, a mesma avenida, 70 anos depois, centro nervoso da metropolitana natal dos nossos dias.



1999